



Sumário

Municípios

Braço do Trombudo	01
Chapadão do Lageado	06
Coronel Martins	07
Erval Velho	07
Gaspar	09
Governador Celso Ramos	09
Herval do Oeste	09
Luzerna	10
Monte Carlo	10
Pinheiro Preto	11
São Lourenço do Oeste	12
Schroeder	36
Videira	36

Associações de Municípios

FECAM	46
-------------	----

Braço do Trombudo

Prefeitura Municipal

Portaria 001/2009

VILBERTO MULLER SCHOVINDER, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BRAÇO DO TROMBUDO, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS ETC...

RESOLVE:

ART. 1º- DESIGNAR A SERVIDORA MÔNICA DALILA SELL DALMARCO, OCUPANTE DO CARGO EFETIVO DE PEDAGOGO, PARA EXERCER A FUNÇÃO DE CHEFE DE GABINETE POR TEMPO INDETERMINADO A PARTIR DE 02 DE JANEIRO DE 2009.

ART. 2º- ESTA PORTARIA ENTRA EM VIGOR NA DATA DE SUA PUBLICAÇÃO, REVOGADAS AS DISPOSIÇÕES EM CONTRÁRIO.

BRAÇO DO TROMBUDO, EM 02 DE JANEIRO DE 2.009.

VILBERTO MULLER SCHOVINDER

PREFEITO MUNICIPAL

ESTA PORTARIA FOI REGISTRADA E PUBLICADA NOS LUGARES DE COSTUME EM DATA SUPRA

Portaria 002/2009

VILBERTO MULLER SCHOVINDER, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BRAÇO DO TROMBUDO, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS ETC...

RESOLVE:

ART. 1º- DESIGNAR O SERVIDOR VALDEMAR SCHAFFER, OCUPANTE DO CARGO EFETIVO DE OPERADOR DE TRATOR AGRÍCOLA, PARA EXERCER A FUNÇÃO DE MOTORISTA POR TEMPO INDETERMINADO A PARTIR DE 02 DE JANEIRO DE 2009.

ART. 2º- ESTA PORTARIA ENTRA EM VIGOR NA DATA DE SUA PUBLICAÇÃO, REVOGADAS AS DISPOSIÇÕES EM CONTRÁRIO.

BRAÇO DO TROMBUDO, EM 02 DE JANEIRO DE 2.009.

VILBERTO MULLER SCHOVINDER

PREFEITO MUNICIPAL

ESTA PORTARIA FOI REGISTRADA E PUBLICADA NOS LUGARES DE COSTUME EM DATA SUPRA.

Portaria 003/2009

VILBERTO MULLER SCHOVINDER, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BRAÇO DO TROMBUDO, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS ETC...

RESOLVE:

ART. 1º- DESIGNAR O SERVIDOR INGOBERT WITTE, OCUPANTE DO CARGO EFETIVO DE OPERADOR DE TRATOR AGRÍCOLA, PARA EXERCER A FUNÇÃO DE MOTORISTA POR TEMPO INDETERMINADO A PARTIR DE 02 DE JANEIRO DE 2009.

ART. 2º- ESTA PORTARIA ENTRA EM VIGOR NA DATA DE SUA PUBLICAÇÃO, REVOGADAS AS DISPOSIÇÕES EM CONTRÁRIO.

BRAÇO DO TROMBUDO, EM 02 DE JANEIRO DE 2.009.

VILBERTO MULLER SCHOVINDER

PREFEITO MUNICIPAL

ESTA PORTARIA FOI REGISTRADA E PUBLICADA NOS LUGARES DE COSTUME EM DATA SUPRA.

Portaria 004 2009

VILBERTO MULLER SCHOVINDER, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BRAÇO DO TROMBUDO, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS ETC...

RESOLVE:

ART. 1º- DESIGNAR O SERVIDOR VILSON POMAROLLI, OCUPANTE DO CARGO EFETIVO DE OPERADOR DE TRATOR AGRÍCOLA, PARA EXERCER A FUNÇÃO DE OPERADOR DE MÁQUINA POR TEMPO INDETERMINADO A PARTIR DE 02 DE JANEIRO DE 2009.

ART. 2º- ESTA PORTARIA ENTRA EM VIGOR NA DATA DE SUA

PUBLICAÇÃO, REVOGADAS AS DISPOSIÇÕES EM CONTRÁRIO.

BRAÇO DO TROMBUDO, EM 02 DE JANEIRO DE 2.009.

VILBERTO MULLER SCHOVINDER
PREFEITO MUNICIPAL

ESTA PORTARIA FOI REGISTRADA E PUBLICADA NOS LUGARES DE COSTUME EM DATA SUPRA.

Portaria 005/2009

VILBERTO MULLER SCHOVINDER, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BRAÇO DO TROMBUDO, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E DE ACORDO COM A LEI COMPLEMENTAR N. 009/99 DE 17/11/1999, ARTIGO 30, INCISO II LETRA D ETC....

RESOLVE:

ART. 1- EXONERAR A SERVIDORA, ALZIRA MARIA VERMOEHLEN OCUPANTE DO CARGO EM COMISSÃO DE ASSESSOR DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, DO QUADRO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO, ADMITIDO QUE FOI PELA PORTARIA Nº 060/2006 DE 02.05.2006, A PARTIR DE 02.01.2009.

ART. 2- ESTA PORTARIA ENTRA EM VIGOR NA DATA DE SUA PUBLICAÇÃO, COM EFEITOS RETROATIVOS A 31.12.2008, REVOGADAS AS DISPOSIÇÕES EM CONTRÁRIO.

BRAÇO DO TROMBUDO, EM 02 JANEIRO DE 2009.

VILBERTO MULLER SCHOVINDER

PREFEITO MUNICIPAL

ESTA PORTARIA FOI PUBLICADA E REGISTRADA NOS LUGARES DE COSTUME EM DATA SUPRA.

Portaria 006/2009

REVOGAR FUNÇÃO GRATIFICADA (FG)

Vilberto Muller Schovinder, Prefeito do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e amparado na Lei nº 09/99 de 17.11.99.

R E S O L V E:

Art.1º- Revogar Função Gratificada – FG 03, concedida a servidora Carolina Ender Melmestet, na portaria nº 003/2000 de 03.01.2000, a partir de 02.01.2009.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Braço do Trombudo, em 02 de janeiro de 2009.

VILBERTO MULLER SCHOVINDER

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada nos lugares de costume em data supra

Portaria 007/2009

REVOGAR PORTARIA

Vilberto Muller Schovinder, Prefeito do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e amparado na Lei nº 09/99 de 17.11.99.

R E S O L V E:

Art.1º- Revogar os efeitos da Portaria nº 158/2007 de 15.10.2007, que concedeu Função Gratificada FG - 03 a servidora Scheila Andréia Klug..

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Braço do Trombudo, em 02 de janeiro de 2009.

VILBERTO MULLER SCHOVINDER

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada nos lugares de costume em data supra

Portaria 008/2009

REVOGAR PORTARIA

Vilberto Muller Schovinder, Prefeito do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e amparado na Lei nº 09/99 de 17.11.99.

R E S O L V E:

Art.1º- Revogar os efeitos da Portaria nº 154/2007 de 10.10.2007, que concedeu Função Gratificada FG - 05 ao servidor Arlei Everaldo Larsen.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Braço do Trombudo, em 02 de janeiro de 2009.

VILBERTO MULLER SCHOVINDER

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada nos lugares de costume em data supra

Portaria 009/2009

REVOGAR PORTARIA

Vilberto Muller Schovinder, Prefeito do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e amparado na Lei nº 09/99 de 17.11.99.

R E S O L V E:

Art.1º- Revogar os efeitos da Portaria nº 153/2007 de 10.10.2007, que concedeu Função Gratificada FG - 06 ao servidor João Haskel.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Braço do Trombudo, em 02 de janeiro de 2009.

VILBERTO MULLER SCHOVINDER

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada nos lugares de costume em data supra

Portaria 010/2009

REVOGAR PORTARIA

Vilberto Muller Schovinder, Prefeito do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e amparado na Lei nº 09/99 de 17.11.99.

R E S O L V E:

Art.1º- Revogar os efeitos da Portaria nº 014/2008 de 22.01.2008, que concedeu Função Gratificada FG - 07 a servidora Alair Franz Hein.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Braço do Trombudo, em 02 de janeiro de 2009.

VILBERTO MULLER SCHOVINDER

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada nos lugares de costume em data supra

Portaria 011/2009

Concede Função Gratificada – FG

Vilberto Muller Schovinder, Prefeito Municipal de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e amparado no artigo 11 da Lei Complementar nº 08/99 de 17.11.99, e suas alterações etc...

Resolve:

Art. 1º - Conceder Função Gratificada, com denominação de FG-07, ao servidor NILDO MELMESTET, por responder pela execução, manutenção dos serviços e equipamentos agrícolas, a partir de 02.01.2009

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Braço do Trombudo, em 02 de janeiro de 2.009

VILBERTO MULLER SCHOVINDER

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada nos lugares de costume em data supra.

Portaria 012/2009

Concede Função Gratificada – FG

Vilberto Muller Schovinder, Prefeito Municipal de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e amparado no artigo 11 da Lei Complementar nº 08/99 de 17.11.99, e suas alterações etc...

Resolve:

Art. 1º - Conceder Função Gratificada, com denominação de FG-06, ao servidor Fábio Dalmarco, por responder pelo serviço de elaboração de projetos e orçamentos, para obtenção de recursos federais e estaduais, a partir de 02.01.2009.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Braço do Trombudo, em 02 de janeiro de 2.009

VILBERTO MULLER SCHOVINDER

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada nos lugares de costume em data supra.

Portaria 013/2009

Concede Função Gratificada – FG

Vilberto Muller Schovinder, Prefeito Municipal de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e amparado no artigo 11 da Lei Complementar nº 08/99 de 17.11.99, e suas alterações etc...

Resolve:

Art. 1º - Conceder Função Gratificada, com denominação de FG-04, ao servidor Carlos Alberto Mathias, por responder pelos serviços de nota de produtor rural e movimento econômico do município, a partir de 02.01.2009.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação fica revogada a FG 02, na portaria 003/2000 de 03.01.2000 e as disposições em contrário.

Braço do Trombudo, em 02 de janeiro de 2.009

Vilberto Muller Schovinder

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada nos lugares de costume em data supra.

Portaria 014/2009

ADMITE PROFESSOR PARA ATUAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, ACT – NOS TERMOS DO ARTIGO 31, INCISO I DA LEI COMPLEMENTAR Nº 07/98, DE 17.12.98, ETC...

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BRAÇO DO TROMBUDO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, ETC...

RESOLVE:

ART. 1º - ADMITIR PARA ATUAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, NOS TERMOS DO ARTIGO 31, INCISO I DA LEI COMPLEMENTAR Nº 07/98, DE 17.12.98, A PROFESSORA A SEGUIR RELACIONADA, CONFORME ESPECÍFICA, PARA ATUAR NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, EM VIRTUDE DE SUBSTITUIÇÃO DE PROFESSOR EM FÉRIAS.

Nº

NOME CARGA HORÁRIA SEMANAL

HABILITAÇÃO

PERÍODO DA ADMISSÃO

01 JUCELIA ZOBOLI RIBAS 40

PROFESSOR NÍVEL III 05.01 A 06.02.09

ART. 2º - CONCEDER GRATIFICAÇÃO DE 10% (DEZ POR CENTO), REGÊNCIA DE CLASSE, CONFORME ART. 19, DA LEI Nº 07/98.

ART. 3º - ESTA PORTARIA ENTRA EM VIGOR NA DATA DE SUA PUBLICAÇÃO, REVOGAM-SE AS DISPOSIÇÕES EM CONTRÁRIO.

BRAÇO DO TROMBUDO, EM 05 DE JANEIRO DE 2.009.

VILBERTO MULLER SCHOVINDER

PREFEITO MUNICIPAL

ESTA PORTARIA FOI REGISTRADA E PUBLICADA NOS LUGARES DE COSTUME EM DATA SUPRA

Portaria 015/2009

ADMITE PROFESSOR PARA ATUAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, ACT – NOS TERMOS DO ARTIGO 31, INCISO I DA LEI COMPLEMENTAR Nº 07/98, DE 17.12.98, ETC...

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BRAÇO DO TROMBUDO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, ETC...

RESOLVE:

ART. 1º - ADMITIR PARA ATUAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, NOS TERMOS DO ARTIGO 31, INCISO I DA LEI COMPLEMENTAR Nº 07/98, DE 17.12.98, A PROFESSORA A SEGUIR RELACIONADA, CONFORME ESPECÍFICA, PARA ATUAR NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, EM VIRTUDE DE SUBSTITUIÇÃO DE PROFESSOR EM FÉRIAS.

Nº

NOME CARGA HORÁRIA SEMANAL

HABILITAÇÃO

PERÍODO DA ADMISSÃO

01 ROSELI PROCHNOW KOERICH 40

PROFESSOR NÍVEL I 05.01 A 06.02.09

ART. 2º - CONCEDER GRATIFICAÇÃO DE 10% (DEZ POR CENTO), REGÊNCIA DE CLASSE, CONFORME ART. 19, DA LEI Nº 07/98.

ART. 3º - ESTA PORTARIA ENTRA EM VIGOR NA DATA DE SUA PUBLICAÇÃO, REVOGAM-SE AS DISPOSIÇÕES EM CONTRÁRIO.

BRAÇO DO TROMBUDO, EM 05 DE JANEIRO DE 2.009.

VILBERTO MULLER SCHOVINDER

PREFEITO MUNICIPAL
ESTA PORTARIA FOI REGISTRADA E PUBLICADA NOS LUGARES
DE COSTUME EM DATA SUPRA

Portaria 016/2009

ADMITE PROFESSOR PARA ATUAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO,
ACT – NOS TERMOS DO ARTIGO 31, INCISO I DA LEI
COMPLEMENTAR Nº 07/98, DE 17.12.98, ETC...

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BRAÇO DO TROMBUDO, NO USO
DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, ETC...

RESOLVE:

ART. 1º - ADMITIR PARA ATUAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, NOS
TERMOS DO ARTIGO 31, INCISO I DA LEI COMPLEMENTAR Nº
07/98, DE 17.12.98, A PROFESSORA A SEGUIR RELACIONADA,
CONFORME ESPECÍFICA, PARA ATUAR NA REDE MUNICIPAL DE
ENSINO, EM VIRTUDE DE SUBSTITUIÇÃO DE PROFESSOR EM
FÉRIAS.

Nº

NOME CARGA HORÁRIA SEMANAL

HABILITAÇÃO

PERÍODO DA ADMISSÃO

01 SILVANA APARECIDA CORREA DA COSTA 40

PROFESSOR NÍVEL II 05.01 A 06.02.09

ART. 2º - CONCEDER GRATIFICAÇÃO DE 10% (DEZ POR CENTO),
REGÊNCIA DE CLASSE, CONFORME ART. 19, DA LEI Nº 07/98.

ART. 3º - ESTA PORTARIA ENTRA EM VIGOR NA DATA DE SUA
PUBLICAÇÃO, REVOGAM-SE AS DISPOSIÇÕES EM CONTRÁRIO.

BRAÇO DO TROMBUDO, EM 05 DE JANEIRO DE 2.009.

VILBERTO MULLER SCHOVINDER

PREFEITO MUNICIPAL

ESTA PORTARIA FOI REGISTRADA E PUBLICADA NOS LUGARES
DE COSTUME EM DATA SUPRA

Portaria 017/2009

ADMITE PROFESSOR PARA ATUAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO,
ACT – NOS TERMOS DO ARTIGO 31, INCISO I DA LEI
COMPLEMENTAR Nº 07/98, DE 17.12.98, ETC...

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BRAÇO DO TROMBUDO, NO USO
DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, ETC...

RESOLVE:

ART. 1º - ADMITIR PARA ATUAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, NOS
TERMOS DO ARTIGO 31, INCISO I DA LEI COMPLEMENTAR Nº
07/98, DE 17.12.98, A PROFESSORA A SEGUIR RELACIONADA,
CONFORME ESPECÍFICA, PARA ATUAR NA REDE MUNICIPAL DE
ENSINO, EM VIRTUDE DE SUBSTITUIÇÃO DE PROFESSOR EM
FÉRIAS.

Nº

NOME CARGA HORÁRIA SEMANAL

HABILITAÇÃO

PERÍODO DA ADMISSÃO

01 TACIANE ALESSANDRA BILK SCHENKEL 40

PROFESSOR NÍVEL I 05.01 A 06.02.09

ART. 2º - CONCEDER GRATIFICAÇÃO DE 10% (DEZ POR CENTO),
REGÊNCIA DE CLASSE, CONFORME ART. 19, DA LEI Nº 07/98.

ART. 3º - ESTA PORTARIA ENTRA EM VIGOR NA DATA DE SUA
PUBLICAÇÃO, REVOGAM-SE AS DISPOSIÇÕES EM CONTRÁRIO.

BRAÇO DO TROMBUDO, EM 05 DE JANEIRO DE 2.009.

VILBERTO MULLER SCHOVINDER

PREFEITO MUNICIPAL

ESTA PORTARIA FOI REGISTRADA E PUBLICADA NOS LUGARES
DE COSTUME EM DATA SUPRA

Portaria 018/2009

ADMITE PROFESSOR PARA ATUAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO,
ACT – NOS TERMOS DO ARTIGO 31, INCISO I DA LEI
COMPLEMENTAR Nº 07/98, DE 17.12.98, ETC...

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BRAÇO DO TROMBUDO, NO USO
DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, ETC...

RESOLVE:

ART. 1º - ADMITIR PARA ATUAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, NOS
TERMOS DO ARTIGO 31, INCISO I DA LEI COMPLEMENTAR Nº
07/98, DE 17.12.98, A PROFESSORA A SEGUIR RELACIONADA,
CONFORME ESPECÍFICA, PARA ATUAR NA REDE MUNICIPAL DE
ENSINO, EM VIRTUDE DE SUBSTITUIÇÃO DE PROFESSOR EM
FÉRIAS.

Nº

NOME CARGA HORÁRIA SEMANAL

HABILITAÇÃO

PERÍODO DA ADMISSÃO

01 DEIZIANE DE SOUZA 40

PROFESSOR NÍVEL II 05.01 A 06.02.09

ART. 2º - CONCEDER GRATIFICAÇÃO DE 10% (DEZ POR CENTO),
REGÊNCIA DE CLASSE, CONFORME ART. 19, DA LEI Nº 07/98.

ART. 3º - ESTA PORTARIA ENTRA EM VIGOR NA DATA DE SUA
PUBLICAÇÃO, REVOGAM-SE AS DISPOSIÇÕES EM CONTRÁRIO.

BRAÇO DO TROMBUDO, EM 05 DE JANEIRO DE 2.009.

VILBERTO MULLER SCHOVINDER

PREFEITO MUNICIPAL

ESTA PORTARIA FOI REGISTRADA E PUBLICADA NOS LUGARES
DE COSTUME EM DATA SUPRA

Portaria 019/2009

ADMITE PROFESSOR PARA ATUAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO,
ACT – NOS TERMOS DO ARTIGO 31, INCISO I DA LEI
COMPLEMENTAR Nº 07/98, DE 17.12.98, ETC...

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BRAÇO DO TROMBUDO, NO USO
DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, ETC...

RESOLVE:

ART. 1º - ADMITIR PARA ATUAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, NOS
TERMOS DO ARTIGO 31, INCISO I DA LEI COMPLEMENTAR Nº
07/98, DE 17.12.98, A PROFESSORA A SEGUIR RELACIONADA,
CONFORME ESPECÍFICA, PARA ATUAR NA REDE MUNICIPAL DE
ENSINO, EM VIRTUDE DE SUBSTITUIÇÃO DE PROFESSOR EM
FÉRIAS.

Nº

NOME CARGA HORÁRIA SEMANAL

HABILITAÇÃO

PERÍODO DA ADMISSÃO

01 GENI ZOBOLI SILVA 40

PROFESSOR NÍVEL II 05.01 A 06.02.09

ART. 2º - CONCEDER GRATIFICAÇÃO DE 10% (DEZ POR CENTO),
REGÊNCIA DE CLASSE, CONFORME ART. 19, DA LEI Nº 07/98.

ART. 3º - ESTA PORTARIA ENTRA EM VIGOR NA DATA DE SUA
PUBLICAÇÃO, REVOGAM-SE AS DISPOSIÇÕES EM CONTRÁRIO.

BRAÇO DO TROMBUDO, EM 05 DE JANEIRO DE 2.009.

VILBERTO MULLER SCHOVINDER
PREFEITO MUNICIPAL
ESTA PORTARIA FOI REGISTRADA E PUBLICADA NOS LUGARES
DE COSTUME EM DATA SUPRA

Portaria 020/2009

ADMITE PROFESSOR PARA ATUAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO,
ACT – NOS TERMOS DO ARTIGO 31, INCISO I DA LEI
COMPLEMENTAR Nº 07/98, DE 17.12.98, ETC...
O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BRAÇO DO TROMBUDO, NO USO
DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, ETC...

RESOLVE:

ART. 1º - ADMITIR PARA ATUAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, NOS
TERMOS DO ARTIGO 31, INCISO I DA LEI COMPLEMENTAR Nº
07/98, DE 17.12.98, A PROFESSORA A SEGUIR RELACIONADA,
CONFORME ESPECÍFICA, PARA ATUAR NA REDE MUNICIPAL DE
ENSINO, EM VIRTUDE DE SUBSTITUIÇÃO DE PROFESSOR EM
FÉRIAS.

Nº
NOME CARGA HORÁRIA SEMANAL
HABILITAÇÃO
PERÍODO DA ADMISSÃO
01 LUCIANA MEURER 40
PROFESSOR NÍVEL I 05.01 A 06.02.09

ART. 2º - CONCEDER GRATIFICAÇÃO DE 10% (DEZ POR CENTO),
REGÊNCIA DE CLASSE, CONFORME ART. 19, DA LEI Nº 07/98.
ART. 3º - ESTA PORTARIA ENTRA EM VIGOR NA DATA DE SUA
PUBLICAÇÃO, REVOGAM-SE AS DISPOSIÇÕES EM CONTRÁRIO.

BRAÇO DO TROMBUDO, EM 05 DE JANEIRO DE 2.009.
VILBERTO MULLER SCHOVINDER
PREFEITO MUNICIPAL
ESTA PORTARIA FOI REGISTRADA E PUBLICADA NOS LUGARES
DE COSTUME EM DATA SUPRA

Portaria 021/2009

ADMITE PROFESSOR PARA ATUAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO,
ACT – NOS TERMOS DO ARTIGO 31, INCISO I DA LEI
COMPLEMENTAR Nº 07/98, DE 17.12.98, ETC...
O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BRAÇO DO TROMBUDO, NO USO
DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, ETC...

RESOLVE:

ART. 1º - ADMITIR PARA ATUAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, NOS
TERMOS DO ARTIGO 31, INCISO I DA LEI COMPLEMENTAR Nº
07/98, DE 17.12.98, A PROFESSORA A SEGUIR RELACIONADA,
CONFORME ESPECÍFICA, PARA ATUAR NA REDE MUNICIPAL DE
ENSINO, EM VIRTUDE DE SUBSTITUIÇÃO DE PROFESSOR EM
FÉRIAS.

Nº
NOME CARGA HORÁRIA SEMANAL
HABILITAÇÃO
PERÍODO DA ADMISSÃO
01 JOSIANE FÁTIMA GEMBRO LANG 40
PROFESSOR NÍVEL II 05.01 A 06.02.09

ART. 2º - CONCEDER GRATIFICAÇÃO DE 10% (DEZ POR CENTO),
REGÊNCIA DE CLASSE, CONFORME ART. 19, DA LEI Nº 07/98.
ART. 3º - ESTA PORTARIA ENTRA EM VIGOR NA DATA DE SUA
PUBLICAÇÃO, REVOGAM-SE AS DISPOSIÇÕES EM CONTRÁRIO.

BRAÇO DO TROMBUDO, EM 05 DE JANEIRO DE 2.009.
VILBERTO MULLER SCHOVINDER

PREFEITO MUNICIPAL
ESTA PORTARIA FOI REGISTRADA E PUBLICADA NOS LUGARES
DE COSTUME EM DATA SUPRA

Portaria 022/2009

ADMITE PROFESSOR PARA ATUAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO,
ACT – NOS TERMOS DO ARTIGO 31, INCISO I DA LEI
COMPLEMENTAR Nº 07/98, DE 17.12.98, ETC...
O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BRAÇO DO TROMBUDO, NO USO
DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, ETC...

RESOLVE:

ART. 1º - ADMITIR PARA ATUAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, NOS
TERMOS DO ARTIGO 31, INCISO I DA LEI COMPLEMENTAR Nº
07/98, DE 17.12.98, A PROFESSORA A SEGUIR RELACIONADA,
CONFORME ESPECÍFICA, PARA ATUAR NA REDE MUNICIPAL DE
ENSINO, EM VIRTUDE DE SUBSTITUIÇÃO DE PROFESSOR EM
FÉRIAS.

Nº
NOME CARGA HORÁRIA SEMANAL
HABILITAÇÃO
PERÍODO DA ADMISSÃO
01 JOICE MUNIZ DA COSTA MARANGONI 40
PROFESSOR NÍVEL I 05.01 A 06.02.09

ART. 2º - CONCEDER GRATIFICAÇÃO DE 10% (DEZ POR CENTO),
REGÊNCIA DE CLASSE, CONFORME ART. 19, DA LEI Nº 07/98.
ART. 3º - ESTA PORTARIA ENTRA EM VIGOR NA DATA DE SUA
PUBLICAÇÃO, REVOGAM-SE AS DISPOSIÇÕES EM CONTRÁRIO.

BRAÇO DO TROMBUDO, EM 05 DE JANEIRO DE 2.009.
VILBERTO MULLER SCHOVINDER
PREFEITO MUNICIPAL
ESTA PORTARIA FOI REGISTRADA E PUBLICADA NOS LUGARES
DE COSTUME EM DATA SUPRA

Portaria 023/2009

ADMITE PROFESSOR PARA ATUAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO,
ACT – NOS TERMOS DO ARTIGO 31, INCISO I DA LEI
COMPLEMENTAR Nº 07/98, DE 17.12.98, ETC...
O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BRAÇO DO TROMBUDO, NO USO
DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, ETC...

RESOLVE:

ART. 1º - ADMITIR PARA ATUAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, NOS
TERMOS DO ARTIGO 31, INCISO I DA LEI COMPLEMENTAR Nº
07/98, DE 17.12.98, A PROFESSORA A SEGUIR RELACIONADA,
CONFORME ESPECÍFICA, PARA ATUAR NA REDE MUNICIPAL DE
ENSINO, EM VIRTUDE DE SUBSTITUIÇÃO DE PROFESSOR EM
FÉRIAS.

Nº
NOME CARGA HORÁRIA SEMANAL
HABILITAÇÃO
PERÍODO DA ADMISSÃO
01 CÉLIA FOSTER BATISTA 40
PROFESSOR NÍVEL I 05.01 A 06.02.09

ART. 2º - CONCEDER GRATIFICAÇÃO DE 10% (DEZ POR CENTO),
REGÊNCIA DE CLASSE, CONFORME ART. 19, DA LEI Nº 07/98.
ART. 3º - ESTA PORTARIA ENTRA EM VIGOR NA DATA DE SUA
PUBLICAÇÃO, REVOGAM-SE AS DISPOSIÇÕES EM CONTRÁRIO.

BRAÇO DO TROMBUDO, EM 05 DE JANEIRO DE 2.009.
VILBERTO MULLER SCHOVINDER
PREFEITO MUNICIPAL

ESTA PORTARIA FOI REGISTRADA E PUBLICADA NOS LUGARES DE COSTUME EM DATA SUPRA

Portaria 024/2009

ADMITE PROFESSOR PARA ATUAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, ACT – NOS TERMOS DO ARTIGO 31, INCISO I DA LEI COMPLEMENTAR Nº 07/98, DE 17.12.98, ETC...

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BRAÇO DO TROMBUDO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, ETC...

RESOLVE:

ART. 1º - ADMITIR PARA ATUAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, NOS TERMOS DO ARTIGO 31, INCISO I DA LEI COMPLEMENTAR Nº 07/98, DE 17.12.98, A PROFESSORA A SEGUIR RELACIONADA, CONFORME ESPECÍFICA, PARA ATUAR NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, EM VIRTUDE DE SUBSTITUIÇÃO DE PROFESSOR EM FÉRIAS.

Nº

NOME CARGA HORÁRIA SEMANAL

HABILITAÇÃO

PERÍODO DA ADMISSÃO

01 JASSANAN APARECIDA BONETTI 40

PROFESSOR NÍVEL I 12.01 A 06.02.09

ART. 2º - CONCEDER GRATIFICAÇÃO DE 10% (DEZ POR CENTO), REGÊNCIA DE CLASSE, CONFORME ART. 19, DA LEI Nº 07/98.

ART. 3º - ESTA PORTARIA ENTRA EM VIGOR NA DATA DE SUA PUBLICAÇÃO, REVOGAM-SE AS DISPOSIÇÕES EM CONTRÁRIO.

BRAÇO DO TROMBUDO, EM 12 DE JANEIRO DE 2.009.

VILBERTO MULLER SCHOVINDER

PREFEITO MUNICIPAL

ESTA PORTARIA FOI REGISTRADA E PUBLICADA NOS LUGARES DE COSTUME EM DATA SUPRA

Portaria 025/2009

VILBERTO MULLER SCHOVINDER, PREFEITO MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE BRAÇO DO TROMBUDO, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E DE ACORDO COM A LEI COMPLEMENTAR Nº 009/99 DE 17.11.99, ARTIGO 30, INCISO I, ETC...

RESOLVE:

ART. 1º - EXONERAR A PEDIDO, A SERVIDORA LEILA LIGIA BECKER TESKE, OCUPANTE DO CARGO DE FISCAL DE TRIBUTOS DO QUADRO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO, QUE FOI NOMEADO PELA PORTARIA Nº 091/99 DE 01.12.1999, A PARTIR DE 09.01.2009.

ART. 2º - ESTA PORTARIA ENTRA EM VIGOR NA DATA DE SUA PUBLICAÇÃO, REVOGADAS AS DISPOSIÇÕES EM CONTRÁRIO.

BRAÇO DO TROMBUDO, EM 09 DE JANEIRO DE 2009.

VILBERTO MULLER SCHOVINDER

PREFEITO MUNICIPAL

ESTA PORTARIA FOI PUBLICADA E REGISTRADA NOS LUGARES DE COSTUME EM DATA SUPRA.

Portaria 026/2009

VILBERTO MULLER SCHOVINDER, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BRAÇO DO TROMBUDO, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E AMPARADO NA LEI COMPLEMENTAR 009/99 DE 17.11.99, ART. 62, INCISO I, PARÁGRAFO 2º.

RESOLVE:

ART. 1º - CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, AO SERVIDOR IVAN BECKER, OCUPANTE DO CARGO DE ASSESSOR ESPECIAL DE ESPORTES, DO QUADRO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO, NO PERÍODO DE 01.01.2009 A 16.01.2009.

ART. 2º - ESTA PORTARIA ENTRA EM VIGOR NA DATA DE SUA PUBLICAÇÃO, COM EFEITOS A 01.01.2009, REVOGADAS AS DISPOSIÇÕES EM CONTRÁRIO.

BRAÇO DO TROMBUDO, EM 13 DE JANEIRO DE 2.009.

VILBERTO MULLER SCHOVINDER

PREFEITO MUNICIPAL

ESTA PORTARIA FOI REGISTRADA E PUBLICADA NOS LUGARES DE COSTUME EM DATA SUPRA.

Portaria 027/2009

Vilberto Muller Schovinder, Prefeito do município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, etc...

RESOLVE:

ART. 1º - Colocar os servidores Mauros Mueller, inscrito no CPF nº 615039409-34, ocupante do cargo efetivo de Secretário Executivo e Luiz Carlos de Almeida, inscrito no CPF nº 479.435.569-68, ocupante do cargo efetivo de Médico Veterinário, à disposição da Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina - CIDASC, com ônus para a origem, até o dia 31.12.2012, para o desenvolver atividades Defesa Sanitária Animal no Município de Braço do Trombudo.

ART. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 3º - Fica revogada as disposições em contrário.

Braço do Trombudo, em 26 de janeiro de 2009.

VILBERTO MULLER SCHOVINDER

Prefeito Municipal

Esta portaria foi publicada e registrada nos lugares de costume em data supra.

Extrato de Contrato 8/2009

Contratante: Município de Braço do Trombudo, CNPJ 95.952.230/0001-67, sito a Praça da Independência, 25, município de Braço do Trombudo – SC.

Contratada: D & Cia Informática Ltda, CNPJ 07.247.753/0001-45, sito a Rua Dom Bosco, 1490 – Cidade de Rio do Sul - SC

Objeto: Manutenção servidr]or internet.

Valor: R\$ 2.750,00 (dois mil, setecentos e cinquenta reais).

Data da assinatura: 26.01.2009

VILBERTO MULLER SCHOVINDER

Prefeito Municipal

Chapadão do Lageado

Prefeitura Municipal

Decreto Nº 008/2009 de 27.01.2009

“REVOGA DECRETO Nº. 007 DE 23.01.2009, QUE TRANSFERE

VEÍCULOS ENTRE O GABINETE DO PREFEITO E A SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES”.

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o Artigo 70 da Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado:

D E C R E T A:

Art. 1º Fica revogado o Decreto nº. 007 de 23.01.2009, que transfere veículos entre o Gabinete do Prefeito e a Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO, 27 de janeiro de 2009.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

Portaria N° 054/2009 de 27.01.2009

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo Artigo 78, § 3º da Lei Complementar N° 008, de 23/12/99, resolve:

CONCEDER E AUTORIZAR GOZAR FÉRIAS

A FLAVIO DA SILVEIRA funcionário desta Prefeitura, ocupante do cargo Efetivo de Fiscal de Tributos, na Secretaria Municipal da Fazenda, as férias regulamentares, relativas ao período aquisitivo de 2007/2008, para serem gozadas de 28.01.2009 a 11.02.2009.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO, 27 de janeiro de 2009.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

Portaria N° 055/2009 de 27.01.2009

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo Inciso VII, do Artigo 50 e Artigo 70, da Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, resolve:

ALTERA LOCAL DE TRABALHO

do funcionário, LEANDRO MACARIO CORREIA, ocupante do cargo efetivo de Oficial Administrativo, na Secretaria Municipal da Fazenda, para atuar junto a Secretaria Municipal da Agricultura, Indústria e Comércio, a partir de 28.01.2009.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO, 27 de janeiro de 2009.

JOSÉ BRÁULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

Coronel Martins

Prefeitura Municipal

Decreto N°. 018, de 21 de Janeiro de 2009.

CONCEDE ADICIONAL DE INSALUBRIDADE À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo

art. 94, VI, da Lei Orgânica Municipal, e pelo artigo 58 da Lei Complementar 005/2003 de 14 de Abril de 2003, resolve;

CONCEDER:

Art. 1º Adicional de Insalubridade a Servidora Pública Municipal, Sra Vandra Cecatto de Oliveira, ocupante do Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, num percentual de 20% (vinte por cento) sobre o piso mínimo do vencimento Municipal, a partir de 15 de janeiro a 13 de fevereiro de 2009, em virtude da prestação de seus serviços na Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC, em 21 de janeiro de 2009.

DARCI CABRAL DE MEDEIROS

Prefeito Municipal.

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

VILSON VANDERLEI KIELB

Chefe de Gabinete.

Portaria N°. 009, de 15 de Janeiro de 2009.

DESIGNA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município;

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público, resolve:

DESIGNAR:

Art. 1º A Servidora Pública Municipal Senhora Vandra Cecatto de Oliveira, ocupante do Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, para exercer suas funções junto a Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social, a partir de 15 de janeiro a 13 de fevereiro de 2009.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC, em 15 de janeiro de 2009.

DARCI CABRAL DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

VILSON VANDERLEI KIELB

Chefe de Gabinete

Erval Velho

Prefeitura Municipal

Decreto 1287, de 26 de janeiro de 2009.

Determina redução de prazo para inscrição em teste seletivo e dá outras providências.

Lenita Dadalt Fontana, Prefeita Municipal, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas no inciso 26 do artigo 85 da Lei Orgânica Municipal, em consonância com o parágrafo 1º do art. 14 e 42 em todos os seus parágrafos, ambos da Lei Complementar 006/2001 de 28 de dezembro de 2001 e

CONSIDERANDO a extrema necessidade para contratação de professores,

CONSIDERANDO que já foi realizado Processo Seletivo Público dando oportunidade de participação de qualquer profissional da área,
CONSIDERANDO que o número de aprovados no referido processo não supriu o número de vagas necessárias,
CONSIDERANDO ainda a realização do Processo Seletivo Interno determinado pelo Decreto nº. 1284/2009, mesmo assim não obtendo professores suficientes para suprir as necessidades da Rede Municipal de Ensino e considerando ainda a necessidade do cumprimento do calendário escolar;

DECRETA:

Art. 1º. Fica determinado a redução do prazo de inscrição no teste seletivo 002/2009 para 03 (três) dias.

Parágrafo único: Estas redução será compensada pela ampla divulgação, pois além da publicação nos órgãos oficiais do município, Mural Público, Diário Eletrônico da FECAM e Imprensa Escrita, será realizado também a divulgação radiofônica em emissoras de rádio com cobertura local e regional.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, em 26 de janeiro de 2009.

LENITA DADALT FONTANA

Prefeita Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria, em 26 de janeiro de 2009.

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR

Secretário de Administração e Finanças

Portaria 2128 de 26 de janeiro de 2009.

Designa Comissão especial para acompanhamento do Processo Seletivo 002/2009 e dá outras providências.

LENITA DADALT FONTANA, Prefeita Municipal de Erval Velho, SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente aquelas contidas nos incisos IX e XXVI do artigo 85, todos da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art.1º.Designar os Servidores abaixo relacionados sob a presidência do primeiro, para integrarem a Comissão Especial do Processo Seletivo n. 002/2009 de 26 de janeiro de 2009, para acompanhamento dos atos relacionados ao referido processo seletivo, sob a responsabilidade da empresa Staff – Planejamento, Assessoria e Consultoria Empresarial S/C Ltda.

1.Alessandra Tonial

2.Alduir Antônio Mocelim

3. Ivones Margarida Sutil Demori

Art.2º.Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho - SC, 26 de janeiro de 2009.

LENITA DADALT FONTANA

Prefeita Municipal.

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

WALTER KLEBER KUSCHER JUNIOR

Secretário de Administração e Finanças

Extrato de Edital de Processo Seletivo

EDITAL Nº 002/2009, DE 26 de janeiro de 2009

Abre inscrições e estabelece normas para o processo seletivo destinado a prover vagas temporárias de excepcional interesse público.

O MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, neste ato representado por sua Prefeita. Srª LENITA DADALT FONTANA, no uso de suas atribuições legais e tendo por base as Leis Municipais nºs 0899/99, 0937/2001, Lei Complementar nºs 006/2001 e 007/2001 e;
Considerando a necessidade temporária de excepcional interesse público no âmbito da administração direta e indireta do Município de Erval Velho, estabelece normas para realização de Processo Seletivo de Provas, que reger-se-á pelas normas fixadas no Edital nº 002/2008 disposições da legislação vigente, para os cargos a seguir discriminados:

ANEXO I

DOS CARGOS, VENCIMENTO INICIAL E HABILITAÇÕES MÍNIMAS

Cargos

N ° Vagas

Carga Horária

Semanal Habilitação Mínima

para Contratação

Remunera-

ção mensal

Tipo de Provas

Professor de Educ. Infantil e Séries Iniciais do Ensino Fundamental (*) 20 h/s Licenciatura Plena na área, ou cursando a habilitação escolhida ou Ensino Médio Magistério. Escrita e objetiva redação e títulos

Professor de Inglês. (*) 10 h/s Licenciatura Plena na área, ou cursando a habilitação escolhida. Escrita e objetiva redação e títulos

(*) O número de vagas será de acordo com a necessidade do Município, dentro do prazo de validade do Processo Seletivo.

Notas:

a) O candidato que, ao ser convocado para assumir a vaga, não aceitar, passará automaticamente para o final da lista de espera.

b) O candidato que tiver seu contrato encerrado durante a vigência do Processo Seletivo, retornará para a lista de espera em sua posição de classificação.

c) A convocação para preencher as eventuais vagas que surgirem deverá sempre observar a relação de candidatos selecionados disponíveis na lista de espera no momento da convocação.

d) Para professor habilitado na Educação Infantil e Séries Iniciais do Ensino Fundamental o vencimento será de R\$ 470,62;

e) Para professor não habilitado na Educação Infantil e Séries Iniciais do Ensino Fundamental o vencimento será de R\$ 407,62;

f) Para professor habilitado na Disciplina de Inglês o vencimento será de R\$ 235,31

g) Para professor não habilitado na Disciplina de Inglês o vencimento será de R\$ 203,94;

Erval Velho, SC, 26 de janeiro de 2009.

LENITA DADALT FONTANA

Prefeita Municipal

Gaspar

Autarquias

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE GASPAR - SAMUSA

Aviso Pregão Presencial nº 6/2009 - SAMUSA

Pregão Presencial nº. 6/2009

OBJETO: Registro de preços para aquisição de asfalto (C.B.U.Q. Concreto Betuminoso Usinado a Quente), com o objetivo de promover a execução de reparos necessários, nas vias de acesso do Município que tiverem o asfalto removido por eventuais rompimentos de redes de água e esgoto, ou outra manutenção de competência do SAMUSA.

ENTREGA DOS ENVELOPES: Contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços, até as 08:45 horas do dia 10/02/2009. ABERTURA: Dia 10/02/2009 às 09:00 horas.

Os interessados poderão obter a íntegra do Edital, diariamente no horário de expediente, no Departamento de Compras do SAMUSA - Gaspar; ou no site: www.samusa.com.br

Gaspar (SC), em 22 de janeiro de 2009.

LOVÍDIO CARLOS BERTOLDI

Diretor Presidente

Governador Celso Ramos

Prefeitura Municipal

Lei Nº 571, de 04 de Março de 2008.

Denomina via pública que menciona e dá outras providências.

ANÍSIO ANATÓLIO SOARES, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, faz saber a todos habitantes deste município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art.1º - Fica denominada Rua Egidio Adriano a Travessa nº 106, localizada

em Areias de Cima, neste Município.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Governador Celso Ramos, 04 de Março de 2008.

ANÍSIO ANATÓLIO SOARES

Prefeito Municipal

Lei Nº 572, de 04 de Março de 2008

Denomina via pública que menciona e dá outras providências.

ANÍSIO ANATÓLIO SOARES, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, faz saber a todos habitantes deste município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art.1º - Fica denominada Rua Bela Vista a Travessa nº 007, localizada em Ganchos do Meio, neste Município.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Governador Celso Ramos, 04 de Março de 2008.

ANÍSIO ANATÓLIO SOARES

Prefeito Municipal

Lei Nº 573, de 04 de Março de 2008

Denomina via pública que menciona e dá outras providências.

ANÍSIO ANATÓLIO SOARES, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, faz saber a todos habitantes deste município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art.1º - Fica denominada Rua Izidória Teixeira Pereira a Rua nº 265, localizada em Areias do Meio, neste Município.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Governador Celso Ramos, 04 de Março de 2008.

ANÍSIO ANATÓLIO SOARES

Prefeito Municipal

Herval D'Oeste

Prefeitura Municipal

Pregão Presencial nº 005/2009

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº 0012/2009

Pregão Presencial nº 0005/2009

Unidades Gestoras: Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste e Fundos Municipais.

Objeto: Registro de Preços para aquisição de materiais de expediente e escolares para Unidades Gestoras Municipais, para o exercício de 2009.

Data de abertura: 12/02/2009

Horário: 14:00 horas

Local: Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste, Rua Nereu Ramos, nº 389, centro.

O edital na íntegra do edital poderá retirado no site www.hervaldoeste.sc.gov.br, ou na sede da Prefeitura Municipal.

Herval d'Oeste (SC), 23 de janeiro de 2009.

NELSON GUINDANI

Prefeito

Decreto nº 2.550/2009

SUBSTITUI MEMBRO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NELSON GUINDANI, Prefeito de Herval d'Oeste (SC), no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 54, inciso VIII da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeado ADAIR JOSÉ CERON – Titular, para substituir LOREDI DE DEUS E SILVA no CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE - CMS, representante da Secretaria Municipal de Saúde, nomeada através do Decreto nº 2.389/2008.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Herval d'Oeste (SC), 26 de janeiro de 2009.

NELSON GUINDANI

Prefeito

Convite nº 002/2009

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº 0011/2009

Pregão Presencial nº 0002/2009

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste.

Objeto: Aquisição de uma colhedora de forragens e uma carreta agrícola para a Secretaria de Agricultura e Meio ambiente.
Data de entrega: 03/02/2009 - Horário: 14:00 horas
Data de abertura: 03/02/2009 - Horário: 14:15 horas
Local: Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste, Rua Nereu Ramos, nº 389, centro.
O edital na íntegra poderá retirado na sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima citado.

Herval d'Oeste (SC), 26 de janeiro de 2009.
NELSON GUINDANI
Prefeito

Luzerna

Prefeitura Municipal

Extrato de Portaria nº 021/09

EXTRATO DE PORTARIA 2009

Portaria nº 021/09 de 26/01/09 - "Eleva a categoria funcional de servidora que especifica" (MARIA ASSUNTA KLEIN FIORENTIN, da Categoria Funcional do Cargo de Professora II, Classe "A" para a Categoria Funcional do Cargo de Professora III, Classe "B", a partir de 01/02/09).

Extrato de Portaria nº 022/09

EXTRATO DE PORTARIA 2009

Portaria nº 022/09 de 26/01/09 - "Eleva a categoria funcional de servidora que especifica" (MARINES PICK DE ARAÚJO, da Categoria Funcional do Cargo de Professora II, Classe "A" para a Categoria Funcional do Cargo de Professora III, Classe "B", a partir de 01/02/09).

Extrato de Portaria nº 023/09

EXTRATO DE PORTARIA 2009

Portaria nº 023/09 de 26/01/09 - "Eleva a categoria funcional de servidora que especifica" (LUCIANA PRONER CANALE, da Categoria Funcional do Cargo de Professora II, Classe "A" para a Categoria Funcional do Cargo de Professora III, Classe "B", a partir de 01/02/09).

Edital de Convocação Nº 001/2009

"CONVOCA AUDIÊNCIA PÚBLICA MUNICIPAL".

NORIVAL FIORIN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto nos art.s 51 a 54 da Lei Complementar nº 050 de 07 de dezembro de 2006 - Lei do Zoneamento do Plano Diretor.

R E S O L V E:

Art.1º- Convocar AUDIÊNCIA PÚBLICA MUNICIPAL, com a finalidade de discutir alterações necessárias às Leis que compõem o PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL.

Art.2º- A AUDIÊNCIA PÚBLICA de que trata o art.1º será realizada no dia 11 de fevereiro de 2009, quarta-feira, às 19:00 horas, nas dependências da Câmara de Vereadores, no Município de Luzerna(SC).

Parágrafo Único - Poderão participar da AUDIÊNCIA PÚBLICA todos os cidadãos luzernenses maiores de 16 anos.

Luzerna(SC), 19 de janeiro de 2009.

NORIVAL FIORIN
Prefeito Municipal

Monte Carlo

Prefeitura Municipal

Extrato do Contrato 04/2009

Contratante: Município de Monte Carlo. Contratada: SUPERMERCADO BARPP LTDA LTDA Objeto: GENEROS ALIMENTICIOS E MATERIAL DE LIMPEZA. Valor Global do Contrato: R\$ 237,24 reais. Da Despesa: Manutenção da Merenda Escolar. Código Reduzido 03. Data da Assinatura: Monte Carlo 27 de janeiro de 2009. Antoninho Tiburcio Gonçalves – Prefeito Municipal.

Extrato do Contrato 05/2009

Contratante: Município de Monte Carlo. Contratada: MERCEARIA ARTUR LTDA Objeto: GENEROS ALIMENTICIOS E MATERIAL DE LIMPEZA. Valor Global do Contrato: R\$ 710,28 reais. Da Despesa: Manutenção da Merenda Escolar. Código Reduzido 03. Data da Assinatura: Monte Carlo 27 de janeiro de 2009. Antoninho Tiburcio Gonçalves – Prefeito Municipal.

Extrato do Contrato 06/2009

Contratante: Município de Monte Carlo. Contratada: SUPERMERCADO JL CORDEIRO LTDA Objeto: GENEROS ALIMENTICIOS E MATERIAL DE LIMPEZA. Valor Global do Contrato: R\$ 3.078,74 reais. Da Despesa: Manutenção da Merenda Escolar. Código Reduzido 03. Data da Assinatura: Monte Carlo 27 de janeiro de 2009. Antoninho Tiburcio Gonçalves – Prefeito Municipal.

Extrato do Contrato 07/2009

Contratante: Município de Monte Carlo. Contratada: COMERCIAL BRASIL LTDA Objeto: GENEROS ALIMENTICIOS E MATERIAL DE LIMPEZA. Valor Global do Contrato: R\$ 2.405,46 reais. Da Despesa: Manutenção da Merenda Escolar. Código Reduzido 03. Data da Assinatura: Monte Carlo 27 de janeiro de 2009. Antoninho Tiburcio Gonçalves – Prefeito Municipal.

Extrato do Contrato 08/2009

Contratante: Município de Monte Carlo. Contratada: SUPERMERCADO BELA VISTA LTDA Objeto: GENEROS ALIMENTICIOS E MATERIAL DE LIMPEZA. Valor Global do Contrato: R\$ 1.847,25 reais. Da Despesa: Manutenção da Merenda Escolar. Código Reduzido 03. Data da Assinatura: Monte Carlo 27 de janeiro de 2009.

ANTONINHO TIBURCIO GONÇALVES
Prefeito Municipal.

Extrato do Contrato 02/2009 - FMS

Contratante: Fundo de Saúde do Município de Monte Carlo. Contratada: MARCEARIA ARTUR LTDA Objeto: GENEROS ALIMENTICIOS E MATERIAL DE LIMPEZA. Valor Global do Contrato: R\$ 246,15 reais. Da Despesa: Manutenção do Fundo Municipal de Saúde. Código Reduzido 11. Data da Assinatura: Monte Carlo 27 de janeiro de 2009.

MARCOS NEI CORREA DE SIQUEIRA
Gestor do Fundo.

Extrato do Contrato 03/2009 - FMS

Contratante: Fundo de Saúde do Município de Monte Carlo.
Contratada: MERCADO JL CORDEIRO LTDA Objeto: GENEROS ALIMENTICIOS E MATERIAL DE LIMPEZA. Valor Global do Contrato: R\$ 1.360,87 reais. Da Despesa: Manutenção do Fundo Municipal de Saúde. Código Reduzido 11. Data da Assinatura: Monte Carlo 27 de janeiro de 2009.

MARCOS NEI CORREA DE SIQUEIRA
Gestor do Fundo.

Extrato do Contrato 04/2009 - FMS

Contratante: Fundo de Saúde do Município de Monte Carlo.
Contratada: COMERCIAL BRASIL LTDA Objeto: GENEROS ALIMENTICIOS E MATERIAL DE LIMPEZA. Valor Global do Contrato: R\$ 829,45 reais. Da Despesa: Manutenção do Fundo Municipal de Saúde. Código Reduzido 11. Data da Assinatura: Monte Carlo 27 de janeiro de 2009.

MARCOS NEI CORREA DE SIQUEIRA
Gestor do Fundo.

Extrato do Contrato 05/2009 - FMS

Contratante: Fundo de Saúde do Município de Monte Carlo.
Contratada: SUPERMERCADO BELA VISTA LTDA Objeto: GENEROS ALIMENTICIOS E MATERIAL DE LIMPEZA. Valor Global do Contrato: R\$ 1.329,10 reais. Da Despesa: Manutenção do Fundo Municipal de Saúde. Código Reduzido 11. Data da Assinatura: Monte Carlo 27 de janeiro de 2009.

MARCOS NEI CORREA DE SIQUEIRA
Gestor do Fundo.

Pinheiro Preto

Prefeitura Municipal

Ementa de Decreto 3.066/2009

Decreto nº 3.066, de 20 de janeiro de 2009.
Nomeia comissão municipal de defesa civil

Ementa de Decreto 3.067/2009

Decreto nº 3.067, de 20 de janeiro de 2009.
Nomeia membros do conselho municipal de desenvolvimento rural.

Ementa de Decreto 3.068/2009

Decreto nº 3.068, de 23 de janeiro de 2009.
Nomeia membro do órgão executivo de transito do município de Pinheiro Preto PPTRAN e dá outras providencias

Ementa de Portaria 001/2009

Portaria nº 01, de 02 de janeiro de 2009
Concede gozo de licença premio ao servidor Alberto Bogoni Neto ocupante do cargo de técnico em contabilidade.

Ementa da Portaria 002/2009

Portaria nº 02, de 02 de janeiro de 2009
Designa servidora efetiva Maria Helena Mattana Mariani para assumir interinamente o cargo de técnico em contabilidade, conforme especifica.

Ementa de Portaria 003/2009

Portaria nº 03, de 02 de janeiro de 2009
Nomeia Agostinho Panceri para exercer o cargo de secretário de administração

Ementa de Portaria 004/2009

Portaria nº 04, de 02 de janeiro de 2009
Nomeia Fabiana Orçatto para exercer cargo de provimento em comissão de supervisor de serviços contábeis

Ementa de Portaria 005/2009

Portaria nº 05, de 02 de janeiro de 2009
Nomeia Aldir Rech para exercer cargo de Secretário da Agricultura

Ementa de Portaria 006/2009

Portaria nº 06, de 02 de janeiro de 2009
Nomeia Karina Chiarani, para exercer cargo de provimento efetivo em comissão de chefe da divisão de pré escolar

Ementa de Portaria 007/2009

Portaria nº 07, de 02 de janeiro de 2009
Nomeia Artemio Antoninho Miolla para exercer cargo de provimento em comissão de assessor jurídico

Ementa de Portaria 008/2009

Portaria nº 08, de 02 de janeiro de 2009
Nomeia Valdemar Bogoni para exercer cargo de secretario de transportes, obras e serviços públicos

Ementa de Portaria 009/2009

Portaria nº 09, de 02 de janeiro de 2009
Nomeia Silvana Orçatto, para exercer cargo de provimento em comissão de assistente de coordenação de serviços administrativos

Ementa de Portaria 010/2009

Portaria nº 010, de 02 de janeiro de 2009
Nomeia servidora Ivonete Ceron Piccoli para o cargo em comissão de diretora de ensino fundamental

Ementa de Portaria 011/2009

Portaria nº 011, de 02 de janeiro de 2009
Nomeia Kely Regina Piva para o cargo em comissão de responsável pela secretaria da escola (secretaria)

Ementa de Portaria 012/2009

Portaria nº 012, de 02 de janeiro de 2009
Nomeia Nelci Salete Severo Dalmolin para o cargo em comissão de coordenadora de atividades culturais

Ementa de Portaria 013/2009

Portaria nº 013, de 02 de janeiro de 2009
Nomeia Sandra Regina Paravisi Bressan para o cargo em comissão

de coordenadora do sistema de controle interno

Ementa de Portaria 014/2009

Portaria nº 014, de 02 de janeiro de 2009

Nomeia Angela Maria Mazurek Rabuske para o cargo em comissão de diretora de educação infantil

Ementa de Portaria 015/2009

Portaria nº 015, de 02 de janeiro de 2009

Nomeia Vilmar José Neis para exercer o cargo de provimento em comissão de diretor de departamento municipal de esportes

Ementa de Portaria 016/2009

Portaria nº 016, de 05 de janeiro de 2009

Homologa resultado e a classificação referente processo seletivo nº 007/2008

Ementa de Portaria 017/2009

Portaria nº 017, de 05 de janeiro de 2009

Nomeia comissão de licitações e dá outras providências

Ementa de Portaria 018/2009

Portaria nº 018, de 05 de janeiro de 2009

Nomeia pregoeiro permanente e equipe de apoio para dirigir as licitações na modalidade pregão, e dá outras providências

Ementa de Portaria 019/2009

Portaria nº 019, de 02 de janeiro de 2009

Nomeia Jair Boesing para exercer o cargo de secretário de saúde e bem estar social

Ementa de Portaria 020/2009

Portaria nº 020, de 02 de janeiro de 2009

Estabelece escala de férias para o mês de janeiro de 2009 conforme específica

Ementa de Contrato 001/2009

CONTRATO Nº 001/2009

OBJETO: Fornecimento de combustíveis

LICITAÇÃO: Modalidade Pregão Presencial nº 001/2009

EMPRESA CONTRATADA: Safra Diesel Ltda

VALOR DO CONTRATO: R\$ 2,02 (dois reais e dois centavos) por litro

DATA DO CONTRATO: 19/01/2009

PREFEITO: Euzebio Calisto Vieceli

Ementa do Contrato 002/2009

CONTRATO Nº 002/2009

OBJETO: Fornecimento de combustíveis

LICITAÇÃO: Modalidade Pregão Presencial nº 001/2009

EMPRESA CONTRATADA: Posto Vêneto Ltda

VALOR DO CONTRATO: R\$ 2,59 (dois reais e cinquenta e nove centavos) por litro

DATA DO CONTRATO: 19/01/2009

PREFEITO: Euzebio Calisto Vieceli

Ementa de contrato 005/2009

CONTRATO Nº 005/2009

OBJETO: Fornecimento de serviço de transporte de estudantes

LICITAÇÃO: Modalidade Pregão Presencial nº 004/2009

EMPRESA CONTRATADA: Transportes BP Tur Ltda

VALOR DO CONTRATO: R\$ 1,64 (um real e sessenta centavos) por quilometro

DATA DO CONTRATO: 22/01/2009

PREFEITO: Euzebio Calisto Vieceli

Ementa de Contratos 006/2009

CONTRATO Nº 006/2009

OBJETO: Fornecimento de serviços de transportes de estudantes

LICITAÇÃO: Modalidade Pregão Presencial nº 004/2009

EMPRESA CONTRATADA: Rhodentur Transportes e Turismo Ltda

VALOR DO CONTRATO: R\$ 1,15 (um real e quinze centavos) por quilometro

DATA DO CONTRATO: 22/01/2009

PREFEITO: Euzebio Calisto Vieceli

Ementa do Contrato 008/2009

CONTRATO Nº 008/2009

OBJETO: Fornecimento de Pedra Brita

LICITAÇÃO: Modalidade Pregão Presencial nº 006/2009

EMPRESA CONTRATADA: Britagem Vanz Ltda

VALOR DO CONTRATO: R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais)

DATA DO CONTRATO: 22/01/2009

PREFEITO: Euzebio Calisto Vieceli

Ementa de termo Aditivo 001/2009

OBJETO: Fornecimento de serviços técnicos especializados nº 030/2008

LICITAÇÃO: Modalidade Pregão Presencial nº 009/2008

EMPRESA CONTRATADA: Clinica Climad Ltda

VALOR DO CONTRATO: R\$ 3.200,00 (três mil e duzentos reais)

DATA DO CONTRATO: 15/01/2009

PREFEITO: Euzebio Calisto Vieceli

Ementa do termo Aditivo 002/2009

TERMO ADITIVO Nº 002/2009

OBJETO: Fornecimento de serviços técnicos especializados nº 030/2008

LICITAÇÃO: Modalidade Pregão Presencial nº 009/200

EMPRESA CONTRATADA: Clinica Médica Dr Madeira Ltda

VALOR DO CONTRATO: R\$ 3.200,00 (três mil e duzentos reais)

DATA DO CONTRATO: 15/01/2009

PREFEITO: Euzebio Calisto Vieceli

Ementa do Termo Aditivo 003/2009

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO

OBJETO: Prestação de serviços e venda de produtos

EMPRESA CONTRATADA: Empresa Brasileira de Telégrafos CORREIOS

VALOR PREVISTO DO CONTRATO: R\$ 6.000,00 (Seis mil reais)

DATA DO CONTRATO: 01/01/2009 à 31/12/2009

PREFEITO: Euzebio Calisto Vieceli

São Lourenço do Oeste

Prefeitura Municipal

Decreto Nº 3.811, de 14 de Janeiro de 2009.

Abre Crédito Adicional Suplementar – Excesso de Arrecadação no Orçamento programa de 2009.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei

Orgânica do Município, de acordo a Lei Municipal nº 1.778, de 19 de dezembro de 2008,
DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito no valor de R\$ 39.768,00 (trinta e nove mil, setecentos e sessenta e oito reais), para a seguinte dotação orçamentária:

09 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO
INDÚSTRIA E COMÉRCIO
09.01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO
URBANO INDÚSTRIA E COMÉRCIO
09.01.15.451.1.041-4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações
Diretas R\$ 19.500,00

09.01.15.451.1.041-4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações
Diretas R\$
20.268,00

Art. 2º Para atendimento da suplementação que trata o art. 1º serão utilizados recursos provenientes do produto do Excesso de Arrecadação, de acordo com o estabelecido no art. art. 43, §1º, inciso II e § 3º da Lei Federal nº 4.320/64, produzido em cada fonte de recurso.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 14 de janeiro de 2009.

TOMÉ FRANCISCO ETGES,
Prefeito Municipal

Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE - Poder Executivo
PREFEITURA MUNICIPAL SAO LOURENCO DO OESTE

RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2008 A DEZEMBRO/2008

RGF – ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR
	(a)	NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	10.407.166,12	0,00
Pessoal Ativo	9.550.719,76	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	286.661,62	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (art. 18, § 1º da LRF)	569.784,74	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, § 1º da LRF) (II)	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	10.407.166,12	0,00
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	10.407.166,12	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)		25.058.748,73
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100		41,53
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art.20 da LRF) - 54%		13.531.724,31
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art.22 da LRF) - 51,3%		12.855.138,10
FONTE: SECRETARIA DA FAZENDA		

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art.35 da Lei 4.320/64.

SÃO LOURENÇO DO OESTE, 19/01/2009

TOMÉ FRANCISCO ETGES
PREFEITO MUNICIPAL

FLARI RAFAEL TRICHES
ANALISTA DE CONTR. INTERNO

ROBERTO ZOLET
CONTADOR CRC 025778/O-9

FLÁVIO DAL'AGNOL
SECRETÁRIO DE FAZENDA

Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE
PREFEITURA MUNICIPAL SAO LOURENCO DO OESTE
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2008

RGF – ANEXO II (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2008	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	1.382.364,71	1.105.508,53	948.968,08
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	1.382.364,71	1.105.508,53	948.968,08
Dívida Contratual de PPP	0,00	0,00	0,00
Demais Dívidas Contratuais	1.382.364,71	1.105.508,53	948.968,08
Precatórios posteriores a 5.5.2000 (Inclusive)	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito inferiores a 12 meses	0,00	0,00	0,00
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	2.818.248,89	5.092.571,07	3.221.972,34
Ativo Disponível	2.900.200,95	5.756.884,72	3.221.972,34
Haveres Financeiros	0,00	-211,52	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	81.952,06	664.102,13	0,00
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	0,00	0,00	0,00
Precatórios anteriores a 5.5.2000	0,00	0,00	0,00
Insuficiência Financeira	0,00	0,00	0,00
Outras Obrigações	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	-1.435.884,18	-3.987.062,54	-2.273.004,26
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	21.390.229,58	22.807.472,32	25.058.748,73
% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]	6,46%	4,85%	3,79%
% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]	-6,71%	-17,48%	-9,07%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%	25.668.275,50	27.368.966,78	30.070.498,48

REGIME PREVIDENCIÁRIO

ESPECIFICAÇÃO	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2008	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IV)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
Demais Dívidas	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (V)	0,00	0,00	0,00
Ativo Disponível	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV - V)	0,00	0,00	0,00

SÃO LOURENÇO DO OESTE, 19/01/2009

TOMÉ FRANCISCO ETGES
PREFEITO MUNICIPAL

FLARI RAFAEL TRICHES
ANALISTA DE CONTR. INTERNO

ROBERTO ZOLET
CONTADOR CRC 025778/O-9

FONTE: SECRETARIA DA FAZENDA

Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2008

RGF – Anexo III (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2008	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
EXTERNAS (I)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (II)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL IV	21.390.229,58	22.807.472,32	25.058.748,73
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	0,00	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%	4.705.850,51	5.017.643,91	5.512.924,72

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2008	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
EXTERNAS (V)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (VI)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS VII = (V + VI)	0,00	0,00	0,00

SÃO LOURENÇO DO OESTE, 19/01/2009

TOMÉ FRANCISCO ETGES
PREFEITO MUNICIPAL

FLARI RAFAEL TRICHES
ANALISTA DE CONTR. INTERNO

ROBERTO ZOLET
CONTADOR CRC 025778/O-9

FLÁVIO DAL'AGNOL
SECRETÁRIO DE FAZENDA

Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE - Poder Executivo
PREFEITURA MUNICIPAL SAO LOURENCO DO OESTE
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2008/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

RGF – ANEXO IV (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	OPERAÇÕES REALIZADAS ATÉ O SEMESTRE DE REFERÊNCIA	
	Credor	Valor
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)		214.477,25
Externas		0,00
Internas		214.477,25
Outras Operações de Crédito Internas	EMPRESTIMO P/CONTRATO BADESC	214.477,25
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA (II)		0,00
TOTAL DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (III) = (I + II)		214.477,25
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		25.058.748,73
% DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS SOBRE A RCL (I/RCL)		0,86
% DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA SOBRE A RCL (II/RCL)		0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS - 16%		4.009.399,80
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA - 7%		1.754.112,41

OPERAÇÕES DE CRÉDITO NÃO SUJEITAS A LIMITES PARA EFEITO DE CONTRATAÇÃO	OPERAÇÕES REALIZADAS ATÉ O SEMESTRE DE REFERÊNCIA	
	Credor	Valor
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		0,00
Externas		0,00

FONTE: SECRETARIA DA FAZENDA

SÃO LOURENÇO DO OESTE, 19/01/2009

TOMÉ FRANCISCO ETGES
PREFEITO MUNICIPAL

FLARI RAFAEL TRICHES
ANALISTA DE CONTR. INTERNO

ROBERTO ZOLET
CONTADOR CRC 025778/O-9

FLÁVIO DAL'AGNOL
SECRETÁRIO DE FAZENDA

Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2008/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

RGF - Anexo V (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

R\$ 1,00

ATIVO	VALOR	PASSIVO	VALOR
DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	4.155.575,84	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS	0,00
Caixa	0,00	Depósitos	0,00
Bancos	4.155.575,84	Restos a Pagar Processados	0,00
Conta Movimento	3.472.831,52	Do Exercício	0,00
Contas Vinculadas	682.744,32	De Exercícios Anteriores	0,00
Aplicações Financeiras	0,00		
INSUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (I)	0,00	SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (II)	4.155.575,84
TOTAL	4.155.575,84	TOTAL	4.155.575,84
INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (III)			0,00
SUFICIÊNCIA APÓS INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (IV) = (II - III)			4.155.575,84

REGIME PREVIDENCIÁRIO

ATIVO	VALOR	PASSIVO	VALOR
		OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS DO REGIME PREVIDENCIÁRIO	0,00
		Restos a Pagar Processados	0,00
		Do Exercício	0,00
INSUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO REGIME PREVIDENCIÁRIO (V)	0,00	SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO REGIME PREVIDENCIÁRIO (VI)	0,00
TOTAL	0,00	TOTAL	0,00
INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO REGIME PREVIDENCIÁRIO (VII)			0,00
SUFICIÊNCIA APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO REGIME PREVIDENCIÁRIO (VIII) = (VI - VII)			0,00

SÃO LOURENÇO DO OESTE, 19/01/2009

TOMÉ FRANCISCO ETGES
PREFEITO MUNICIPAL

FLARI RAFAEL TRICHES
ANALISTA DE CONTR. INTERNO

ROBERTO ZOLET
CONTADOR CRC 025778/O-9

FLÁVIO DAL'AGNOL
SECRETÁRIO DE FAZENDA

FONTE: SECRETARIA DA FAZENDA

Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE - Poder Executivo
PREFEITURA MUNICIPAL SAO LOURENCO DO OESTE
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS LIMITES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Até o 2º Semestre de 2008

L.R.F., Artigo 48 - Anexo VII

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	10.407.166,12	41,53
Limite Máximo (Incisos I, II, III, Art. 20 da LRF)	13.531.724,31	54,00
Limite Prudencial (§ Único, Art. 22 da LRF)	12.855.138,10	51,30
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	-3.206.607,76	-12,80
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	30.070.498,48	120,00
GARANTIA DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	5.512.924,72	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas	214.477,25	0,86
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	4.009.399,80	16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	1.754.112,41	7,00
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
Valor Apurado nos Demonstrativos Respectivos	0,00	4.155.575,84

FONTE: SECRETARIA DA FAZENDA

SÃO LOURENÇO DO OESTE, 19/01/2009

TOMÉ FRANCISCO ETGES
PREFEITO MUNICIPAL

FLARI RAFAEL TRICHES
ANALISTA DE CONTR. INTERNO

ROBERTO ZOLET
CONTADOR CRC 025778/O-9

FLÁVIO DAL'AGNOL
SECRETÁRIO DE FAZENDA

Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2008/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

RGF - ANEXO VI (LRF, art. 55, inciso III, alínea "b")

R\$ 1,00

ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR INSCRITOS				
	Liquidados e Não Pagos (Processados)		Empenhados e Não Liquidados (Não Processados)		EMPENHOS CANCELADOS E NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	
PODER LEGISLATIVO					
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
(Apurado no Anexo V Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa)

4.155.575,84

SÃO LOURENÇO DO OESTE, 19/01/2009

TOMÉ FRANCISCO ETGES
PREFEITO MUNICIPAL

FLARI RAFAEL TRICHES
ANALISTA DE CONTR. INTERNO

ROBERTO ZOLET
CONTADOR CRC 025778/O-9

FLÁVIO DAL'AGNOL
SECRETÁRIO DE FAZENDA

FONTE: SECRETARIA DA FAZENDA

Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2008/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO I (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	22.100.000,00	22.100.000,00	5.097.638,34	23,07	30.661.845,40	138,74	-8.561.845,40
RECEITAS CORRENTES	21.600.000,00			0,00	25.098.996,47	0,00	
RECEITA TRIBUTÁRIA	2.300.000,00	2.300.000,00	371.492,63	16,15	2.948.850,97	128,21	-648.850,97
IMPOSTOS	1.509.000,00	1.509.000,00	323.458,04	21,44	2.129.000,17	141,09	-620.000,17
TAXAS	755.000,00	755.000,00	48.034,59	6,36	819.708,60	108,57	-64.708,60
CONTRIBUICAO DE MELHORIA	36.000,00	36.000,00	0,00	0,00	142,20	0,40	35.857,80
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	560.000,00	560.000,00	90.056,95	16,08	617.737,11	110,31	-57.737,11
CONTRIBUICOES ECONOMICAS	560.000,00	560.000,00	90.056,95	16,08	617.737,11	110,31	-57.737,11
RECEITA PATRIMONIAL	210.000,00	210.000,00	62.774,12	29,89	458.693,16	218,43	-248.693,16
RECEITAS IMOBILIARIAS	0,00	0,00	0,00	0,00	4.241,00	0,00	-4.241,00
RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	210.000,00	210.000,00	62.774,12	29,89	454.452,16	216,41	-244.452,16
RECEITA AGROPECUARIA	38.000,00	38.000,00	1.182,20	3,11	28.683,50	75,48	9.316,50
Outras Rec. Agropecuárias	38.000,00	38.000,00	1.182,20	3,11	28.683,50	75,48	9.316,50
RECEITA DE SERVIÇOS	84.478,00	84.478,00	-37.734,51	0,00	691,02	0,82	83.786,98
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	18.006.902,40	18.006.902,40	3.949.834,81	21,94	20.391.936,27	113,25	-2.385.033,87
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	17.654.902,40	17.654.902,40	3.880.083,54	21,98	19.994.075,99	113,25	-2.339.173,59
Transf. de Conv.	352.000,00	352.000,00	69.751,27	19,82	397.860,28	113,03	-45.860,28
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	400.619,60	400.619,60	58.375,71	14,57	652.404,44	162,85	-251.784,84
Multas e Juros de Mora	41.000,00	41.000,00	50.815,39	123,94	163.346,49	398,41	-122.346,49
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	17.979,60	17.979,60	0,00	0,00	188.346,18	0,47	-170.366,58
RECEITA DA DIVIDA ATIVA	141.140,00	141.140,00	122.517,02	86,81	273.153,68	193,53	-132.013,68
RECEITAS DIVERSAS	200.500,00	200.500,00	-114.956,70	0,00	27.558,09	13,74	172.941,91
RECEITAS DE CAPITAL	500.000,00			0,00	5.562.848,93	0,00	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	500.000,00	500.000,00	197.565,43	39,51	214.477,25	42,90	285.522,75
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	500.000,00	500.000,00	197.565,43	39,51	214.477,25	42,90	285.522,75
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	43.998,62	0,00	129.225,28	0,00	-129.225,28
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	43.998,62	0,00	129.225,28	0,00	-129.225,28
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	360.092,38	0,00	5.219.146,40	0,00	-5.219.146,40
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	0,00	0,00	15.510,22	0,00	205.727,89	0,00	-205.727,89
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	0,00	0,00	344.582,16	0,00	5.013.418,51	0,00	-5.013.418,51
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	22.100.000,00	22.100.000,00	5.097.638,34	23,07	30.661.845,40	138,74	-8.561.845,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	22.100.000,00	22.100.000,00	5.097.638,34	23,07	30.661.845,40	138,74	-8.561.845,40
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL VII = (V + VI)	22.100.000,00	22.100.000,00	5.097.638,34	23,07	30.661.845,40	138,74	-8.561.845,40
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	—	—	—	2.559.985,65	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS EXECUTADAS				SALDO A EXECUTAR (f - (g + h))
				No Bimestre (g)	Até o Bimestre (h)	LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (h)	% ((g + h) / f)	
						No Bimestre (i)	Até o Bimestre (g)			
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	22.100.000,00	9.947.138,34	32.047.138,34	3.641.004,55	29.338.576,45	6.456.972,61	29.338.576,45	0,00	91,55	2.708.561,89
DESPESAS CORRENTES	19.151.425,60	3.795.217,59	22.946.643,19	2.799.931,62	21.884.858,43	4.064.973,45	21.884.858,43	0,00	95,37	1.061.784,76
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	10.507.600,00	561.567,52	11.069.167,52	2.429.747,76	10.891.020,95	2.513.697,76	10.891.020,95	0,00	98,39	178.146,57
JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	150.000,00	10.856,06	160.856,06	20.678,55	160.753,36	20.678,55	160.753,36	0,00	99,94	102,70
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	8.493.825,60	3.222.794,01	11.716.619,61	349.505,31	10.833.084,12	1.530.597,14	10.833.084,12	0,00	92,46	883.535,49
DESPESAS DE CAPITAL	2.938.574,40	6.151.920,75	9.090.495,15	841.072,93	7.453.718,02	2.391.999,16	7.453.718,02	0,00	81,99	1.636.777,13
INVESTIMENTOS	2.258.574,40	6.161.920,75	8.420.495,15	700.425,89	6.805.844,14	2.251.352,12	6.805.844,14	0,00	80,82	1.614.651,01
AMORTIZACAO DA DIVIDA	680.000,00	-10.000,00	670.000,00	140.647,04	647.873,88	140.647,04	647.873,88	0,00	96,70	22.126,12
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	10.000,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS EXECUTADAS				SALDO A EXECUTAR (f - (g + h))
				No Bimestre (g)	Até o Bimestre (h)	LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)	% ((g + h) / f)	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	22.100.000,00	9.947.138,34	32.047.138,34	3.641.004,55	29.338.576,45	6.456.972,61	29.338.576,45	0,00	91,55	2.708.561,89
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	22.100.000,00	9.947.138,34	32.047.138,34	3.641.004,55	29.338.576,45	6.456.972,61	29.338.576,45	0,00	91,55	2.708.561,89
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	1.323.268,95		—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	22.100.000,00	9.947.138,34	32.047.138,34	3.641.004,55	29.338.576,45	6.456.972,61	30.661.845,40		91,55	2.708.561,89

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

FONTE: SECRETARIA DA FAZENDA

SÃO LOURENÇO DO OESTE, 22/01/2009

TOMÉ FRANCISCO ETGES
PREFEITO MUNICIPAL

FLARI RAFAEL TRICHES
ANALISTA DE CONTR. INTERNO

ROBERTO ZOLET
CONTADOR CRC 025778/O-9

FLAVIO DALL' AGNOL
SECRETÁRIO DE FAZENDA

Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2008/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO – Anexo II (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS EXECUTADAS					SALDO A EXECUTAR (a - (b + c))
			No Bimestre	Até o Bimestre	LIQUIDADAS		INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (c)	%(b + c)/ Total (b + c)	%(b + c)/a	
					No Bimestre	Até o Bimestre (b)				
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	22.100.000,00	32.047.138,34	3.641.004,55	29.338.576,45	6.456.972,61	29.338.576,45	0,00	100,00	91,55	2.708.561,89
Legislativa	615.000,00	700.000,00	124.455,07	659.091,51	141.781,23	659.091,51	0,00	2,25	94,16	40.908,49
Ação Legislativa	615.000,00	700.000,00	124.455,07	659.091,51	141.781,23	659.091,51	0,00	2,25	94,16	40.908,49
Judiciária	118.000,00	113.000,00	17.842,81	108.676,77	18.334,81	108.676,77	0,00	0,37	96,17	4.323,23
Defesa do Interesse Púb.No Processo Judiciário	118.000,00	113.000,00	17.842,81	108.676,77	18.334,81	108.676,77	0,00	0,37	96,17	4.323,23
Administração	2.419.888,00	2.402.065,62	242.727,31	2.347.917,20	416.037,79	2.347.917,20	0,00	8,00	97,75	54.148,42
Administração Geral	1.886.000,00	1.872.177,62	189.594,38	1.836.826,70	343.911,84	1.836.826,70	0,00	6,26	98,11	35.350,92
Administração Financeira	255.000,00	255.000,00	31.005,12	245.694,45	49.998,14	245.694,45	0,00	0,84	96,35	9.305,55
Controle Externo	128.888,00	98.888,00	22.127,81	89.476,63	22.127,81	89.476,63	0,00	0,30	90,48	9.411,37
Lazer	150.000,00	176.000,00	0,00	175.919,42	0,00	175.919,42	0,00	0,60	99,95	80,58
Segurança Pública	200.000,00	170.000,00	25.046,20	155.455,60	30.176,06	155.455,60	0,00	0,53	91,44	14.544,40
Defesa Civil	200.000,00	170.000,00	25.046,20	155.455,60	30.176,06	155.455,60	0,00	0,53	91,44	14.544,40
Assistência Social	1.659.595,76	1.484.658,28	91.140,02	1.238.542,80	182.942,34	1.238.542,80	0,00	4,22	83,42	246.115,48
Assistência à Criança e ao Adolescente	100.999,00	100.999,00	10.642,49	74.507,99	10.642,49	74.507,99	0,00	0,25	73,77	26.491,01
Assistência Comunitária	1.558.596,76	1.383.659,28	80.497,53	1.164.034,81	172.299,85	1.164.034,81	0,00	3,97	84,13	219.624,47
Saúde	5.022.020,00	6.498.270,36	784.026,26	5.985.432,55	1.193.287,04	5.985.432,55	0,00	20,40	92,11	512.837,81
Atenção Básica	4.948.394,00	6.404.644,36	749.478,31	5.908.771,35	1.151.719,09	5.908.771,35	0,00	20,14	92,26	495.873,01
Vigilância Sanitária	35.026,00	42.026,00	-3.402,05	26.458,20	3.617,95	26.458,20	0,00	0,09	62,96	15.567,80
Vigilância Epidemiológica	38.600,00	51.600,00	37.950,00	50.203,00	37.950,00	50.203,00	0,00	0,17	97,29	1.397,00
Educação	4.300.496,24	5.900.733,48	1.353.514,79	5.706.322,94	1.602.716,70	5.706.322,94	0,00	19,45	96,71	194.410,54
Alimentação e Nutrição	88.000,00	118.429,09	0,00	116.748,11	16.854,68	116.748,11	0,00	0,40	98,58	1.680,98
Ensino Fundamental	4.212.496,24	5.782.304,39	1.353.514,79	5.589.574,83	1.585.862,02	5.589.574,83	0,00	19,05	96,67	192.729,56
Cultura	180.000,00	234.000,00	51.622,75	222.104,99	55.305,62	222.104,99	0,00	0,76	94,92	11.895,01
Difusão Cultural	180.000,00	234.000,00	51.622,75	222.104,99	55.305,62	222.104,99	0,00	0,76	94,92	11.895,01
Urbanismo	3.031.000,00	8.339.310,98	610.642,16	7.020.517,40	1.877.291,31	7.020.517,40	0,00	23,93	84,19	1.318.793,58
Infra-Estrutura Urbana	2.256.000,00	7.446.772,44	555.849,99	6.137.103,07	1.741.092,19	6.137.103,07	0,00	20,92	82,41	1.309.669,37
Serviços Urbanos	775.000,00	892.538,54	54.792,17	883.414,33	136.199,12	883.414,33	0,00	3,01	98,98	9.124,21

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS EXECUTADAS					SALDO A EXECUTAR (a - (b + c))
			No Bimestre	Até o Bimestre	LIQUIDADAS		INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (c)	%(b + c)/ Total (b + c))	%(b + c)/a)	
					No Bimestre	Até o Bimestre (b)				
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	22.100.000,00	32.047.138,34	3.641.004,55	29.338.576,45	6.456.972,61	29.338.576,45	0,00	100,00	91,55	2.708.561,89
Habitação	20.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00
Habitação Urbana	20.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00
Saneamento	55.000,00	38.000,00	-4.415,51	1.254,49	57,91	1.254,49	0,00	0,00	3,30	36.745,51
Saneamento Básico Rural	20.000,00	3.000,00	-1.745,51	1.254,49	57,91	1.254,49	0,00	0,00	41,82	1.745,51
Saneamento Básico Urbano	35.000,00	35.000,00	-2.670,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	35.000,00
Agricultura	120.000,00	87.760,00	6.120,00	81.583,60	6.120,00	81.583,60	0,00	0,28	92,96	6.176,40
Promoção da Produção Vegetal	50.000,00	30.000,00	6.120,00	23.952,60	6.120,00	23.952,60	0,00	0,08	79,84	6.047,40
Promoção da Produção Animal	50.000,00	44.000,00	0,00	43.871,00	0,00	43.871,00	0,00	0,15	99,71	129,00
Extensão Rural	20.000,00	13.760,00	0,00	13.760,00	0,00	13.760,00	0,00	0,05	100,00	0,00
Indústria	230.000,00	43.169,00	0,00	43.169,00	7.000,00	43.169,00	0,00	0,15	100,00	0,00
Promoção Industrial	230.000,00	43.169,00	0,00	43.169,00	7.000,00	43.169,00	0,00	0,15	100,00	0,00
Energia	670.000,00	690.136,57	2.780,83	665.344,88	86.149,34	665.344,88	0,00	2,27	96,41	24.791,69
Energia Elétrica	670.000,00	690.136,57	2.780,83	665.344,88	86.149,34	665.344,88	0,00	2,27	96,41	24.791,69
Transporte	1.920.000,00	3.446.236,59	59.238,74	3.376.966,93	393.963,53	3.376.966,93	0,00	11,51	97,99	69.269,66
Transporte Rodoviário	1.920.000,00	3.446.236,59	59.238,74	3.376.966,93	393.963,53	3.376.966,93	0,00	11,51	97,99	69.269,66
Desporto e Lazer	269.000,00	433.483,40	15.846,66	397.303,96	162.588,67	397.303,96	0,00	1,35	91,65	36.179,44
Desporto Comunitário	269.000,00	433.483,40	15.846,66	397.303,96	162.588,67	397.303,96	0,00	1,35	91,65	36.179,44
Encargos Especiais	1.260.000,00	1.356.314,06	260.416,46	1.328.891,83	283.220,26	1.328.891,83	0,00	4,53	97,98	27.422,23
Serviço da Dívida Interna	830.000,00	830.856,06	161.325,59	808.627,24	161.325,59	808.627,24	0,00	2,76	97,32	22.228,82
Outros Encargos Especiais	430.000,00	525.458,00	99.090,87	520.264,59	121.894,67	520.264,59	0,00	1,77	99,01	5.193,41
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	22.100.000,00	32.047.138,34	3.641.004,55	29.338.576,45	6.456.972,61	29.338.576,45	0,00	100,00	91,55	2.708.561,89
Reserva de Contingência	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
Reserva de Contingência	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
TOTAL (III) = (I + II)	22.100.000,00	32.047.138,34	3.641.004,55	29.338.576,45	6.456.972,61	29.338.576,45	0,00	100,00	91,55	2.708.561,89

FONTE: SECRETARIA DA FAZENDA

SÃO LOURENÇO DO OESTE, 22/01/2009

TOMÉ FRANCISCO ETGES
PREFEITO MUNICIPALFLARI RAFAEL TRICHES
ANALISTA DE CONTR. INTERNOROBERTO ZOLET
CONTADOR CRC 025778/O-9FLAVIO DALL' AGNOL
SECRETÁRIO DE FAZENDA

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2008 A DEZEMBRO/2008

RREO - ANEXO III (LRF, Art. 53, inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES													PREVISÃO ATUALIZADA 2008
	Jan/2008	Fev/2008	Mar/2008	Abr/2008	Mai/2008	Jun/2008	Jul/2008	Ago/2008	Set/2008	Out/2008	Nov/2008	Dez/2008	TOTAL (ÚLT. 12 MES.)	24.453.003,60
RECEITAS CORRENTES (I)	2.172.719,85	2.450.748,43	2.591.329,01	2.422.134,95	2.235.124,67	2.139.774,31	2.236.107,89	2.346.761,75	2.161.096,62	2.445.605,27	2.280.564,30	2.813.245,75	28.295.214,80	24.453.003,60
RECEITA TRIBUTÁRIA	157.763,42	449.428,43	689.768,93	147.116,01	151.548,20	233.101,33	173.921,03	180.612,99	194.276,21	199.821,79	168.558,08	202.934,55	2.948.850,97	2.300.000,00
I.P.T.U.	1.334,80	93.841,07	276.149,02	12.083,73	12.983,47	11.688,76	15.220,09	10.629,88	13.975,31	11.570,96	12.371,05	9.992,72	480.820,88	460.000,00
I.S.S.	59.242,47	53.056,41	61.505,53	53.796,63	67.663,19	75.992,95	72.811,32	78.048,96	85.406,18	95.826,44	63.728,82	109.893,89	876.972,79	600.000,00
I.T.B.I.	40.898,50	24.154,00	57.219,00	34.114,72	28.424,14	102.080,00	37.320,00	28.655,87	36.283,33	41.377,79	34.614,00	14.189,00	479.330,35	250.000,00
Outras Receitas Tributárias	56.287,65	278.376,95	294.895,38	47.120,93	43.497,38	43.339,62	48.569,62	63.278,28	58.611,39	51.046,60	57.844,21	68.858,94	1.111.726,95	990.000,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	44.996,57	62.704,09	87.065,23	44.060,78	47.481,70	45.872,37	46.286,00	46.153,23	1.340,23	101.719,96	49.092,68	40.964,27	617.737,11	560.000,00
RECEITA PATRIMONIAL	22.962,64	25.561,39	30.383,63	67.729,38	30.085,77	37.231,71	35.741,50	54.447,07	45.846,23	45.929,72	42.381,14	-10.722,02	427.578,16	210.000,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	217,60	433,70	115,00	314,60	204,60	262,00	72,00	135,40	22.210,50	3.535,90	996,20	186,00	28.683,50	38.000,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	38.425,53	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	66.265,49	-104.000,00	691,02
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.898.814,85	1.847.791,59	1.672.983,67	2.075.757,18	1.910.812,99	1.757.234,13	1.905.490,41	2.041.734,50	1.867.868,34	2.062.003,99	1.933.082,33	2.645.695,62	23.619.269,60	20.859.906,00
Cota-Parte do F.P.M.	562.996,53	718.825,79	656.282,69	690.517,18	595.331,70	539.298,00	658.740,12	580.118,44	552.119,63	699.647,03	1.132.423,99	1.952.486,94	15.952.486,94	6.500.000,00
Cota-Parte do I.C.M.S.	851.718,64	622.088,84	561.308,61	756.441,35	637.224,72	608.468,09	760.688,93	730.407,93	733.129,67	741.858,99	672.925,16	762.021,69	8.438.282,62	7.900.000,00
Cota-Parte do I.P.V.A.	58.194,24	127.417,12	108.849,21	110.278,53	126.345,41	105.220,97	118.066,30	107.521,81	115.471,94	110.619,11	70.415,46	45.333,12	1.203.733,22	1.200.000,00
Cota-Parte do ITR	139,76	140,83	59,24	209,21	210,44	147,02	181,25	131,37	1.218,54	4.575,54	360,64	193,35	7.567,19	15.000,00
Transferências da LC 611/1989	52.720,46	19.761,20	-11.628,29	20.643,63	21.855,38	22.039,05	17.501,53	23.207,04	22.353,51	23.305,79	23.303,10	24.476,53	259.538,93	220.000,00
Transferências da LC 87/1996	0,00	0,00	17.820,15	5.940,05	5.940,05	0,00	0,00	0,00	0,00	5.940,05	11.880,10	5.940,05	71.289,60	140.000,00
Outras Transferências Correntes	183.387,72	200.546,32	225.217,12	216.108,96	208.947,26	206.347,72	204.532,06	222.346,76	203.396,17	219.986,49	229.302,35	191.480,56	2.511.599,49	2.100.000,00
Outras Receitas Correntes	189.657,50	159.011,49	205.171,79	309.852,76	219.772,55	213.739,53	265.222,34	287.499,37	212.180,07	403.596,39	225.248,49	483.826,33	3.174.780,61	2.784.906,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	47.964,77	64.829,23	111.012,55	87.157,00	94.991,41	27.647,24	74.596,95	23.678,58	29.557,11	32.993,91	20.188,38	38.187,33	652.404,44	400.619,60
DEDUÇÕES (II)	268.611,56	266.402,33	227.889,59	278.552,81	275.856,88	239.830,34	257.257,64	275.412,16	260.370,27	265.907,35	267.929,27	352.445,87	3.236.466,07	2.853.003,60
Outras Transf. de Conv. dos Estados FMAS ALTA COMP	0,00	0,00	0,00	0,00	9.132,74	0,00	0,00	0,00	0,00	8.568,00	0,00	-8.568,00	9.132,74	0,00
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	268.611,56	266.402,33	227.889,59	278.552,81	266.724,14	239.830,34	257.257,64	275.412,16	260.370,27	257.339,35	267.929,27	361.013,87	3.227.333,33	2.853.003,60
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	1.904.108,29	2.184.346,10	2.363.439,42	2.143.582,14	1.959.267,79	1.899.943,97	1.978.850,25	2.071.349,59	1.900.728,35	2.179.697,92	2.012.635,03	2.460.799,88	25.058.748,73	21.600.000,00

FONTE: SECRETARIA DA FAZENDA

SÃO LOURENÇO DO OESTE, 22/01/2009

TOMÉ FRANCISCO ETGES
PREFEITO MUNICIPALFLÁVIO RAFAEL TRICHES
ANALISTA DE CONTR. INTERNOROBERTO ZOLET
CONTADOR CRC 025778/O-9FLÁVIO DALL'AGNOL
SECRETÁRIO DE FAZENDA

Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2008/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - Anexo V (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2008	Até o Bimestre/2007
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição do Servidor Ativo Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição do Servidor Inativo Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Pensionista Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição do Militar Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição do Militar Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Pensionista Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária entre RGPS e RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição Patronal de Servidor Ativo Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição Patronal de Servidor Inativo Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição Patronal de Pensionista Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição Patronal de Militar Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição Patronal de Militar Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição Patronal de Pensionista Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição Previdenciária para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição Previdenciária em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS				
			No Bimestre	Até o Bimestre/2008	Até o Bimestre/2007		
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
REPASSES PREVIDENCIÁRIOS PARA COBERTURA DE DÉFICIT ATUARIAL RPPS (III)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
REPASSES PREVIDENCIÁRIOS PARA COBERTURA DE DÉFICIT FINANCEIRO RPPS (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
OUTROS APORTES AO RPPS (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (I + II + III + V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EXECUTADAS				
			Em 2008		Em 2007		
			LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	LIQUIDADAS Até o Bimestre/2007	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			No Bimestre	Até o Bimestre/2008			
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	-	-	-	-	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO (XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DO RPPS (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (X) = (VII + VIII + IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO – RPPS (XI) = (VI– X)	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	

FONTE: SECRETARIA DA FAZENDA

Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

SÃO LOURENÇO DO OESTE, 22/01/2009

TOMÉ FRANCISCO ETGES
PREFEITO MUNICIPAL

FLARI RAFAEL TRICHES
ANALISTA DE CONTR. INTERNO

ROBERTO ZOLET
CONTADOR CRC 025778/O-9

FLAVIO DALL' AGNOL
SECRETÁRIO DE FAZENDA

Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2008/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - Anexo IX (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS					RP NÃO PROCESSADOS				
	Inscritos		Cancelados	Pagos	A Pagar	Inscritos		Cancelados	Pagos	A Pagar
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2007				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2007			
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	-	81.952,06	22,00	81.930,06	-	-	-	-	-	-
EXECUTIVO										
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0,00	81.952,06	22,00	81.930,06	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SEC. MUN. DESENV. INTERIOR E AGRICULTURA	0,00	38.000,00	0,00	38.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SEC.MUN.DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL	0,00	9.248,59	0,00	9.248,59	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECR.MUNIC.DESENV. URBANO, INDÚSTRIA E CO	0,00	31.054,67	0,00	31.054,67	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMEI	0,00	22,00	22,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	0,00	3.626,80	0,00	3.626,80	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (III) = (I + II):	0,00	81.952,06	22,00	81.930,06	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: SECRETARIA DA FAZENDA

SÃO LOURENÇO DO OESTE, 22/01/2009

TOMÉ FRANCISCO ETGES
PREFEITO MUNICIPAL

FLARI RAFAEL TRICHES
ANALISTA DE CONTR. INTERNO

ROBERTO ZOLET
CONTADOR CRC 025778/O-9

FLAVIO DALL' AGNOL
SECRETÁRIO DE FAZENDA

Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2008/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO – Anexo VI (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO		
	Em 31 Dez 2007 (A)	Em 31 Out 2008 (B)	Em 31 Dez 2008 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	1.382.364,71	892.049,69	948.968,08
DEDUÇÕES (II)	2.863.177,40	5.522.414,27	4.155.575,84
Ativo Disponível	2.945.129,46	5.903.405,39	4.155.575,84
Haveres Financeiros	0,00	-458,86	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	81.952,06	380.532,26	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-1.480.812,69	-4.630.364,58	-3.206.607,76
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-1.480.812,69	-4.630.364,58	-3.206.607,76

ESPECIFICAÇÃO	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Dez 2008 (C - A)
RESULTADO NOMINAL	1.423.756,82	-1.725.795,07

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	622.364,71

REGIME PREVIDENCIÁRIO			
ESPECIFICAÇÃO	SALDO		
	Em 31 Dez 2007 (A)	Em 31 Out 2008 (B)	Em 31 Dez 2008 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Ativo Disponível	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00

FONTE: SECRETARIA DA FAZENDA

SÃO LOURENÇO DO OESTE, 22/01/2009

TOMÉ FRANCISCO ETGES
PREFEITO MUNICIPAL

FLARI RAFAEL TRICHES
ANALISTA DE CONTR. INTERNO

ROBERTO ZOLET
CONTADOR CRC 025778/O-9

FLAVIO DALL' AGNOL
SECRETÁRIO DE FAZENDA

Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2008/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO VII (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre/2008	Até o Bimestre/2007
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	21.390.000,00	4.433.207,79	24.644.544,31	21.179.426,94
Receita Tributária	2.300.000,00	371.492,63	2.948.850,97	2.407.474,46
I.P.T.U.	460.000,00	22.363,77	480.820,88	444.238,35
I.S.S.	600.000,00	173.622,71	876.972,79	667.751,54
I.T.B.I.	250.000,00	48.803,00	479.330,35	368.353,28
I.R.R.F.	199.000,00	78.668,56	291.876,15	183.743,59
Outras Receitas Tributárias	791.000,00	48.034,59	819.850,80	743.387,70
Receita de Contribuição	560.000,00	90.056,95	617.737,11	604.381,05
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	560.000,00	90.056,95	617.737,11	604.381,05
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	4.241,00	320,00
Receita Patrimonial	210.000,00	62.774,12	458.693,16	234.985,76
(-) Aplicações Financeiras	210.000,00	62.774,12	454.452,16	234.665,76
Transferências Correntes	18.006.902,40	3.949.834,81	20.391.936,27	17.187.587,61
F.P.M.	5.308.550,00	1.496.252,48	6.494.796,44	5.264.339,29
I.C.M.S.	6.451.930,00	1.171.921,13	6.894.609,88	5.715.288,25
Convênios	352.000,00	69.751,27	397.860,28	332.838,45
Outras Transferências Correntes	5.894.422,40	1.211.909,93	6.604.669,67	5.875.121,62
Demais Receitas Correntes	523.097,60	21.823,40	681.778,96	979.663,82
Dívida Ativa	141.140,00	122.517,02	273.153,68	208.401,27
Diversas Receitas Correntes	381.957,60	-100.693,62	408.625,28	771.262,55
RECEITAS DE CAPITAL (II)	500.000,00	601.656,43	5.562.848,93	4.529.660,88
Operações de Crédito (III)	500.000,00	197.565,43	214.477,25	623.000,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	0,00	43.998,62	129.225,28	592.657,76
Transferências de Capital	0,00	360.092,38	5.219.146,40	3.314.003,12
Convênios	0,00	344.582,16	5.013.418,51	3.314.003,12
Outras Transferências de Capital	0,00	15.510,22	205.727,89	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	0,00	360.092,38	5.219.146,40	3.314.003,12
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	21.390.000,00	4.793.300,17	29.863.690,71	24.493.430,06

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EXECUTADAS			
		EM 2008		EM 2007	
		LIQUIDADAS		LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
		No Bimestre	Até o Bimestre	Até o Bimestre	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
DESPESAS CORRENTES (VIII)	22.946.643,19	4.064.973,45	21.884.858,43	0,00	17.697.608,11
Pessoal e Encargos Sociais	11.069.167,52	2.513.697,76	10.891.020,95	0,00	9.298.330,22
Juros e Encargos da Dívida (IX)	160.856,06	20.678,55	160.753,36	0,00	155.112,94
Outras Despesas Correntes	11.716.619,61	1.530.597,14	10.833.084,12	0,00	8.244.164,95
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	22.785.787,13	4.044.294,90	21.724.105,07	0,00	17.542.495,17
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	9.090.495,15	2.391.999,16	7.453.718,02	0,00	6.754.831,57
Investimentos	8.420.495,15	2.251.352,12	6.805.844,14	0,00	6.323.837,84
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	670.000,00	140.647,04	647.873,88	0,00	430.993,73
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	8.420.495,15	2.251.352,12	6.805.844,14	0,00	6.323.837,84
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	10.000,00	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	10.000,00	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS (XVII)	0,00	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	0,00	-	-	-	-

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EXECUTADAS			
		EM 2008		EM 2007	
		LIQUIDADAS		LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
		No Bimestre	Até o Bimestre	Até o Bimestre	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
RESERVA DO RPPS (XVII)	0,00	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	0,00	-	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	31.216.282,28	6.295.647,02	28.529.949,21	0,00	23.866.333,01
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-9.826.282,28	-1.502.346,85	1.333.741,50	627.097,05	
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES			2.559.985,65		

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL

VALOR CORRENTE

META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA

120.000,00

FONTE: SECRETARIA DA FAZENDA

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

SÃO LOURENÇO DO OESTE, 22/01/2009

TOMÉ FRANCISCO ETGES
PREFEITO MUNICIPAL

FLARI RAFAEL TRICHES
ANALISTA DE CONTR. INTERNO

ROBERTO ZOLET
CONTADOR CRC 025778/O-9

FLAVIO DALL' AGNOL
SECRETÁRIO DE FAZENDA

MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2008/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO X (Lei nº 9.394/1996, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA BRUTA DE IMPOSTOS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	1.663.000,00	1.663.000,00	337.925,85	2.241.422,90	134,78
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	580.000,00	580.000,00	33.520,00	567.194,14	97,79
Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	460.000,00	460.000,00	22.363,77	480.820,88	104,53
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	10.000,00	10.000,00	1.723,61	3.110,63	31,11
Dívida Ativa do IPTU	100.000,00	100.000,00	6.318,36	60.028,98	60,03
Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	10.000,00	10.000,00	3.114,26	23.233,65	232,34
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	250.000,00	250.000,00	48.803,00	479.330,35	191,73
Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	250.000,00	250.000,00	48.803,00	479.330,35	191,73
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	634.000,00	634.000,00	176.934,29	903.022,26	142,43
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	600.000,00	600.000,00	173.622,71	876.972,79	146,16
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	2.000,00	2.000,00	996,07	2.325,21	116,26
Dívida Ativa do ISS	30.000,00	30.000,00	1.415,23	15.273,29	50,91
Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	2.000,00	2.000,00	900,28	8.450,97	422,55
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	199.000,00	199.000,00	78.668,56	291.876,15	146,67
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	199.000,00	199.000,00	78.668,56	291.876,15	146,67
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	15.975.000,00	15.975.000,00	3.448.920,22	17.932.889,50	112,26
2.1- Cota-Parte FPM	6.500.000,00	6.500.000,00	1.832.071,02	7.952.486,94	122,35
2.2- Cota-Parte ICMS	7.900.000,00	7.900.000,00	1.434.946,85	8.438.282,62	106,81
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	140.000,00	140.000,00	17.820,15	71.280,60	50,91
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	220.000,00	220.000,00	47.779,63	259.538,93	117,97
2.5- Cota-Parte ITR	15.000,00	15.000,00	553,99	7.567,19	50,45
2.6- Cota-Parte IPVA	1.200.000,00	1.200.000,00	115.748,58	1.203.733,22	100,31
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	—	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA BRUTA DE IMPOSTOS (1 + 2)	17.638.000,00	17.638.000,00	3.786.846,07	20.174.312,40	114,38
OUTRAS RECEITAS DESTINADAS AO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	260.000,00	260.000,00	64.720,21	344.092,85	132,34
4.1- Transferências do Salário-Educação	188.000,00	188.000,00	42.579,14	262.919,31	139,85
4.2- Outras Transferências do FNDE	72.000,00	72.000,00	22.141,07	81.173,54	112,74
5- TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DESTINADAS A PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO	250.000,00	250.000,00	32.819,11	299.033,61	119,61
6- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO DESTINADA À EDUCAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
7- OUTRAS RECEITAS DESTINADAS À EDUCAÇÃO	34.000,00	34.000,00	-16.305,06	49.263,56	144,89
8- TOTAL DAS OUTRAS RECEITAS DESTINADAS AO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7)	544.000,00	544.000,00	81.234,26	692.390,02	127,28

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
9- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	2.853.003,60	2.853.003,60	628.943,14	3.227.333,33	113,12
9.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (18,33% de 2.1)	1.191.450,00	1.191.450,00	335.818,54	1.457.690,50	122,35
9.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (18,33% de 2.2)	1.448.070,00	1.448.070,00	263.025,72	1.543.672,74	106,60
9.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (18,33% de 2.3)	13.197,60	13.197,60	3.266,43	13.065,72	99,00
9.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (18,33% de 2.4)	40.326,00	40.326,00	8.757,99	47.573,56	117,97
9.5- Cota-Parte ITR Destinada ao FUNDEB – (13,33% de 2.5)	—	0,00	73,76	1.002,82	0,00
9.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (13,33% de 2.6)	159.960,00	159.960,00	18.000,70	164.327,99	102,73
10- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	2.116.000,00	2.116.000,00	424.381,01	2.528.125,10	119,48
10.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	2.100.000,00	2.100.000,00	420.782,91	2.511.599,49	119,60
10.2- Complementação da União ao FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00	0,00
10.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	16.000,00	16.000,00	3.598,10	16.525,61	103,29
11- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (10.1 - 9)	—	-753.003,60	-208.160,23	-715.733,84	95,05

[SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERÊNCIA (11) > 0] = ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB

[SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERÊNCIA (11) < 0] = DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS			
			LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	%(g)=((e+f)/d)x100
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)		
12- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	2.088.600,00	2.473.600,00	663.263,49	2.462.122,63	0,00	99,54
12.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12.2- Com Ensino Fundamental	2.088.600,00	2.473.600,00	663.263,49	2.462.122,63	0,00	99,54
13- OUTRAS DESPESAS	27.399,84	27.399,84	12.237,11	27.144,78	0,00	99,07
13.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13.2- Com Ensino Fundamental	27.399,84	27.399,84	12.237,11	27.144,78	0,00	99,07
14- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (12 + 13)	2.115.999,84	2.500.999,84	675.500,60	2.489.267,41	0,00	99,53
15- MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO COM EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL ' (12 / 10) x 100%						97,39

CÁLCULO DO LIMITE MÍNIMO COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100	
16- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)¹	4.409.500,00	4.409.500,00	946.711,52	5.043.578,10	114,38	
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS			
			LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	% (g)=((e+f)/d)x100
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)		
17- EDUCAÇÃO INFANTIL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
17.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
17.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
18- ENSINO FUNDAMENTAL	3.932.496,24	4.519.793,59	1.109.895,86	4.377.954,40	0,00	96,86
18.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	2.115.999,84	2.500.999,84	675.500,60	2.489.267,41	0,00	99,53
18.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.816.496,40	2.018.793,75	434.395,26	1.888.686,99	0,00	93,56
19- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS			
			LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	% (g)=((e+f)/d)x100
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)		
20- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22- OUTRAS	88.000,00	88.000,00	0,00	86.782,24	0,00	98,62
23- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO (17 + 18 + 19 + 20 + 21 + 22)	4.020.496,24	4.607.793,59	1.109.895,86	4.464.736,64	0,00	96,90

DEDUÇÕES / ADIÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL

VALOR

24- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (11)	-715.733,84
25- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO	-
26- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO²	-
27- DESPESAS VINCULADAS AO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO ACRÉSCIMO E DA COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB DO EXERCÍCIO ANTERIOR	30.060,54
28- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (37g)	-
29- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (38.3)	16.525,61
30- TOTAL DAS DEDUÇÕES / ADIÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (24 + 25 + 26 + 27 + 28 + 29)	-669.147,69
31- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO² [(17 + 18) - (30) / (3)] x 100%	25,02

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS			
			LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	%(g)=((e+f)/d)x100
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)		
32- CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33- RECURSOS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
34- OUTROS RECURSOS DESTINADOS À EDUCAÇÃO	280.000,00	1.292.939,89	492.820,84	1.241.586,30	0,00	96,03
35- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DESTINADOS À MDE (32 + 33 + 34)	280.000,00	1.292.939,89	492.820,84	1.241.586,30	0,00	96,03
36- TOTAL DAS DESPESAS COM ENSINO (23 + 35)	4.300.496,24	5.900.733,48	1.602.716,70	5.706.322,94	0,00	96,71

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE FINANCEIRO

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2008 (g)
37- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	0,00	0,00

FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS DO FUNDEB	VALOR
38- SALDO FINANCEIRO DO FUNDEB EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007	30.060,54

38.1- (+) INGRESSO DE RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE	2.511.599,49
38.2- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	2.519.327,95
38.3- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE	16.525,61
39- SALDO FINANCEIRO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO ATUAL	38.857,69

SÃO LOURENÇO DO OESTE, 22/01/2009

TOMÉ FRANCISCO ETGES
PREFEITO MUNICIPALFLARI RAFAEL TRICHES
ANALISTA DE CONTR. INTERNOROBERTO ZOLET
CONTADOR CRC 025778/O-9FLAVIO DALL' AGNOL
SECRETÁRIO DE FAZENDA

FONTE:

¹ Caput do artigo 212 da CF/1988

² Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.

³ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme Lei 9.394/96, art. 11, V.

O valor do saldo do superávit financeiro do exercício anterior, do acréscimo do FUNDEB foi de R\$ 30.060,54, e da complementação do FUNDEB foi de R\$ 0,00.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2008/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO XI (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)		SALDO A REALIZAR (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)	500.000,00	214.477,25		285.522,75
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO A EXECUTAR (g)=(d)-(e+f))
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
DESPESAS DE CAPITAL	9.090.495,15	7.453.718,02	0,00	1.636.777,13
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	9.090.495,15	7.453.718,02	0,00	1.636.777,13
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-8.590.495,15	-7.239.240,77		-1.351.254,38

FONTE: SECRETARIA DA FAZENDA

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas.

Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

SÃO LOURENÇO DO OESTE, 22/01/2009

TOMÉ FRANCISCO ETGES
PREFEITO MUNICIPALFLARI RAFAEL TRICHES
ANALISTA DE CONTR. INTERNOROBERTO ZOLET
CONTADOR CRC 025778/O-9FLAVIO DALL' AGNOL
SECRETÁRIO DE FAZENDA

Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
**DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO
DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS**
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
2007 a 2041

RREO – ANEXO XIII (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
				0,00

NADA A DECLARAR.

FONTE: SECRETARIA DA FAZENDA

SÃO LOURENÇO DO OESTE, 22/01/2009

TOMÉ FRANCISCO ETGES
PREFEITO MUNICIPAL

FLARI RAFAEL TRICHES
ANALISTA DE CONTR. INTERNO

ROBERTO ZOLET
CONTADOR CRC 025778/O-9

FLAVIO DALL' AGNOL
SECRETÁRIO DE FAZENDA

Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2008/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO XIV (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
RECEITA DE CAPITAL			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	0,00	129.225,28	-129.225,28
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	129.225,28	-129.225,28
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	129.225,28	-129.225,28

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO A EXECUTAR (g) = (d) - (e+f)
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
Despesas de Capital	84.300,00	84.300,00	0,00	0,00
Investimentos	84.300,00	84.300,00	0,00	0,00
TOTAL	84.300,00	84.300,00	0,00	0,00

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2007 (h)	Em 2008 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	53.889,47	44.925,28	98.814,75

FONTE: SECRETARIA DA FAZENDA

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

. a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

. b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

SÃO LOURENÇO DO OESTE, 22/01/2009

TOMÉ FRANCISCO ETGES
PREFEITO MUNICIPAL

FLARI RAFAEL TRICHES
ANALISTA DE CONTR. INTERNO

ROBERTO ZOLET
CONTADOR CRC 025778/O-9

FLAVIO DALL' AGNOL
SECRETÁRIO DE FAZENDA

Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
**DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM
AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2008/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO – ANEXO XVI (ADCT, art. 77)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)
RECEITAS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	17.638.000,00	17.638.000,00	20.174.342,78	114,38
Impostos	1.509.000,00	1.509.000,00	2.129.000,17	141,09
Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana	460.000,00	460.000,00	480.820,88	104,53
Imposto s/Transm Inter Vivos de Bens Imoveis e Dir	250.000,00	250.000,00	479.330,35	191,73
Imposto s/ Servicos de Qualquer Natureza	600.000,00	600.000,00	876.972,79	146,16
Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza - IRRF	199.000,00	199.000,00	291.876,15	146,67
Multas, Juros de Mora e Dívida Ativa dos Impostos	154.000,00	154.000,00	112.453,11	73,02
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	12.000,00	12.000,00	5.435,84	45,30
Dívida Ativa dos Impostos	130.000,00	130.000,00	75.313,20	57,93
Multas, Juros de Mora, Atual. Mon. e Outros Enc. da Dív. Ativa dos Imp.	12.000,00	12.000,00	31.704,07	264,20
Receitas de Transferências Constitucionais e Legais	15.975.000,00	15.975.000,00	17.932.889,50	112,26
Da União	6.655.000,00	6.655.000,00	8.031.334,73	120,68
Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municipios	6.500.000,00	6.500.000,00	7.952.486,94	122,35
Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	15.000,00	15.000,00	7.567,19	50,45
Transf. Financ. L.C.Nº 87/96 - Desoneração ICMS	140.000,00	140.000,00	71.280,60	50,91
Do Estado	9.320.000,00	9.320.000,00	9.901.554,77	106,24
Cota-Parte do ICMS	7.900.000,00	7.900.000,00	8.438.282,62	106,81
Cota-Parte do IPI sobre Exportação	220.000,00	220.000,00	259.538,93	117,97
Cota-Parte do IPVA	1.200.000,00	1.200.000,00	1.203.733,22	100,31
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS (II)	1.796.320,00	1.796.320,00	2.005.021,42	111,62
Da União para o Município	1.101.290,00	1.101.290,00	971.560,62	88,22
Do Estado para o Município	320.000,00	320.000,00	620.248,07	193,83
Demais Municípios para o Município	72.000,00	72.000,00	52.488,56	72,90
Outras Receitas do SUS	303.030,00	303.030,00	360.724,17	119,04
OUTRAS RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	5.518.683,60	5.518.683,60	11.709.814,53	212,18
(-) DEDUÇÃO PARA O FUNDEB	-2.853.003,60	-2.853.003,60	-3.227.333,33	113,12
TOTAL	22.100.000,00	22.100.000,00	30.661.845,40	138,74

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EXECUTADAS		
			Até o Bimestre (d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (e)	% ((d+e)/c)
DESPESAS CORRENTES	4.991.420,00	5.914.938,40	5.423.481,19	0,00	91,69
Pessoal e Encargos Sociais	3.600.000,00	3.827.807,93	3.691.439,44	0,00	96,44
Outras Despesas Correntes	1.391.420,00	2.087.130,47	1.732.041,75	0,00	82,99
DESPESAS DE CAPITAL	30.600,00	583.331,96	561.951,36	0,00	96,33
Investimentos	30.600,00	583.331,96	561.951,36	0,00	96,33

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EXECUTADAS		
			Até o Bimestre (d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (e)	% ((d+e)/c)
DESPESAS DE CAPITAL	30.600,00	583.331,96	561.951,36	0,00	96,33
Investimentos	30.600,00	583.331,96	561.951,36	0,00	96,33
TOTAL (IV)	5.022.020,00	6.498.270,36	5.985.432,55	0,00	92,11

DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EXECUTADAS		
			Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)	% ((f+g)/despesas com saúde)
DESPESAS COM SAÚDE	5.022.020,00	6.498.270,36	5.985.432,55	0,00	100,00
(-) DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DESP. CUSTEADAS COM REC. DEST. À SAÚDE	1.795.320,00	2.061.872,84	2.423.842,94	0,00	40,50
Recursos de Transf. do Sist. Único de Saúde - SUS	1.795.320,00	2.061.872,84	2.005.021,42	0,00	33,50
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	418.821,52	0,00	7,00
(-) RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS PRÓPRIOS VINCULADOS ¹	-	-	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (V)	3.226.700,00	4.436.397,52	3.561.589,61	0,00	59,50

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR VINCULADOS A SAÚDE INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS PRÓPRIOS VINCULADOS	
	Inscritos em Exercícios Anteriores	Cancelados em 2008 (VI)
RESTOS A PAGAR DE DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	0,00	0,00

PARTICIPAÇÃO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE NA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - LIMITE CONSTITUCIONAL <math>\leq \frac{V - VI}{I}</math>	17,65
---	--------------

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EXECUTADAS		
			LIQUIDADAS Até o Bimestre (h)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)	% ((h+i)/Total (h+i))
Atenção Básica	4.948.394,00	6.404.644,36	5.908.771,35	0,00	98,72
Vigilância Sanitária	35.026,00	42.026,00	26.458,20	0,00	0,44
Vigilância Epidemiológica	38.600,00	51.600,00	50.203,00	0,00	0,84
TOTAL	5.022.020,00	6.498.270,36	5.985.432,55	0,00	100,00

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

FONTE: SECRETARIA DA FAZENDA

¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

² Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

SÃO LOURENÇO DO OESTE, 26/01/2009

TOMÉ FRANCISCO ETGES
PREFEITO MUNICIPAL

FLARI RAFAEL TRICHES
ANALISTA DE CONTR. INTERNO

ROBERTO ZOLET
CONTADOR CRC 025778/O-9

FLAVIO DALL' AGNOL
SECRETÁRIO DE FAZENDA

Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A DEZEMBRO 2008/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

LRF, Art. 48 - Anexo XVIII

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Bimestre	Até o Bimestre	
RECEITAS				
Previsão Inicial da Receita		—	22.100.000,00	
Previsão Atualizada da Receita		—	22.100.000,00	
Receitas Realizadas		5.097.638,34	30.661.845,40	
Déficit Orçamentário		—	0,00	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		—	2.559.985,65	
DESPESAS				
Dotação Inicial		—	22.100.000,00	
Créditos Adicionais		—	9.947.138,34	
Dotação Atualizada		—	32.047.138,34	
Despesas Empenhadas		3.641.004,55	29.338.576,45	
Despesas Executadas		6.456.972,61	29.338.576,45	
Liquidadas		6.456.972,61	29.338.576,45	
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		—	0,00	
Superavit Orçamentário		—	1.323.268,95	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		No Bimestre	Até o Bimestre	
Despesas Empenhadas		3.641.004,55	29.338.576,45	
Despesas Executadas		6.456.972,61	29.338.576,45	
Liquidadas		6.456.972,61	29.338.576,45	
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		—	0,00	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre	
Receita Corrente Líquida			25.058.748,73	
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Bimestre	Até o Bimestre	
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		0,00	0,00	
Despesas Previdenciárias Executadas (V)		0,00	0,00	
Liquidadas		0,00	0,00	
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		—	0,00	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00	0,00	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		622.364,71	-1.725.795,07	-277,30
Resultado Primário		120.000,00	1.333.741,50	1.111,45
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO				
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	81.952,06	22,00	81.930,06	0,00
EXECUTIVO	81.952,06	22,00	81.930,06	0,00
TOTAL:	81.952,06	22,00	81.930,06	0,00
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE ENSINO		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino		5.053.456,03	25%	25,05
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		2.462.122,63	60%	97,39

LRF, Art. 48 - Anexo XVIII

R\$ 1,00

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL			Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receitas de Operações de Crédito			214.477,25	285.522,75
Despesa de Capital Líquida			7.453.718,02	1.636.777,13
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2008	2016	2026	2041
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS			Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos			129.225,28	-129.225,28
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos			37.300,00	0,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual		
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre	
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	3.561.589,61	15,00	17,65	

FONTE: SECRETARIA DA FAZENDA

SÃO LOURENÇO DO OESTE, 26/01/2009

TOMÉ FRANCISCO ETGES
PREFEITO MUNICIPAL

FLARI RAFAEL TRICHES
ANALISTA DE CONTR. INTERNO

ROBERTO ZOLET
CONTADOR CRC 025778/O-9

FLAVIO DALL' AGNOL
SECRETÁRIO DE FAZENDA

Betha Sistemas

Exercício de 2008

6º bimestre

ESTADO DE SANTA CATARINA**PREFEITURA MUNICIPAL SÃO LOURENÇO DO OESTE**

Resumo da Execução Orçamentária (Artigo 165 da Constituição Federal)

Administração Direta, Indireta e Fundacional

Especificação	Previsto/Fixado	Acumulado até 10/2008	Bimestre Nov/Dez/2008	Total até Dez/2008
RECEITAS				
RECEITA TRIBUTARIA	2.300.000,00	2.577.358,34	371.492,63	2.948.850,97
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	560.000,00	527.680,16	90.056,95	617.737,11
RECEITA PATRIMONIAL	210.000,00	395.919,04	62.774,12	458.693,16
RECEITA AGROPECUARIA	38.000,00	27.501,30	1.182,20	28.683,50
RECEITA DE SERVIÇOS	84.478,00	38.425,53	-37.734,51	691,02
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	20.859.906,00	19.040.491,65	4.578.777,95	23.619.269,60
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	400.619,60	594.028,73	58.375,71	652.404,44
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	500.000,00	16.911,82	197.565,43	214.477,25
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	85.226,66	43.998,62	129.225,28
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	4.859.054,02	360.092,38	5.219.146,40
DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	-2.853.003,60	-2.598.390,19	-628.943,14	-3.227.333,33
TOTAL DA RECEITA :	22.100.000,00	25.564.207,06	5.097.638,34	30.661.845,40
DESPESAS				
Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL SÃO LOURENÇO DO OESTE				
CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	0,00	0,00	0,00	0,00
COMITÊ DESPORTIVO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO	0,00	0,00	0,00	0,00
INSTITUTO CULTURAL DE SÃO LOURENÇO	0,00	0,00	0,00	0,00

RESERVA DE CONTINGENCIA	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	10.000,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL D.CRIANCA ADOLESCENTE	100.999,00	63.865,50	10.642,49	74.507,99
FUNDO MUNICIPAL ASSISTENCIA SOCIAL - FMAS	336.096,76	319.565,62	-5.141,23	314.424,39
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	0,00	0,00	0,00	0,00
SEC. MUN. DESENV. INTERIOR E AGRUCULTURA	2.050.000,00	3.396.191,79	63.613,23	3.459.805,02
ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO	1.260.000,00	1.068.475,37	260.416,46	1.328.891,83
SEC.MUN.DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL	1.271.500,00	936.419,12	73.338,32	1.009.757,44
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	4.300.496,24	4.352.808,15	1.353.514,79	5.706.322,94
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA	255.000,00	214.689,33	31.005,12	245.694,45
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	1.800.000,00	1.526.225,93	159.983,13	1.686.209,06
PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO	118.000,00	90.833,96	17.842,81	108.676,77
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICIPIO	128.888,00	67.348,82	22.127,81	89.476,63
GABINETE DO PREFEITO	436.000,00	427.335,21	54.657,45	481.992,66
SECR.MUNIC.DESENV. URBANO, INDÚSTRIA E COMÉR	3.996.000,00	7.118.278,29	610.752,99	7.729.031,28
Total da Entidade:	16.062.980,00	19.582.037,09	2.652.753,37	22.234.790,46

Entidade: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO LOURENCO DO OESTE

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	5.022.020,00	5.201.406,29	784.026,26	5.985.432,55
COMITÊ DESPORTIVO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO	0,00	0,00	0,00	0,00
INSTITUTO CULTURAL DE SÃO LOURENÇO	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGENCIA	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00
ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL D.CRIANCA ADOLESCENTE	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL ASSISTENCIA SOCIAL - FMAS	0,00	0,00	0,00	0,00
SEC. MUN. DESENV. INTERIOR E AGRUCULTURA	0,00	0,00	0,00	0,00
GABINETE DO PREFEITO	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS

Entidade: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO LOURENCO DO OESTE

SEC.MUN.DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	0,00	0,00	0,00	0,00
PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICIPIO	0,00	0,00	0,00	0,00
CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	0,00	0,00	0,00	0,00
SECR.MUNIC.DESENV. URBANO, INDÚSTRIA E COMÉR	0,00	0,00	0,00	0,00
Total da Entidade:	5.022.020,00	5.201.406,29	784.026,26	5.985.432,55

Entidade: INSTITUTO CULTURAL DE SAO LOURENCO

Instituto Cultural de São Lourenço	180.000,00	170.482,24	51.622,75	222.104,99
Total da Entidade:	180.000,00	170.482,24	51.622,75	222.104,99

Entidade: COMITE DESPORTIVO MUNICIPAL DE SAO LOURENCO

COMITE DESPORTIVO MUNICIPAL DE SAO LOURENCO	220.000,00	209.009,84	28.147,10	237.156,94
Total da Entidade:	220.000,00	209.009,84	28.147,10	237.156,94

Entidade: CAMARA MUNICIPAL SAO LOURENCO DO OESTE

CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	615.000,00	534.636,44	124.455,07	659.091,51
Total da Entidade:	615.000,00	534.636,44	124.455,07	659.091,51

TOTAL DA DESPESA :	22.100.000,00	25.697.571,90	3.641.004,55	29.338.576,45
--------------------	---------------	---------------	--------------	---------------

SÃO LOURENÇO DO OESTE, 26/01/2009

TOMÉ FRANCISCO ETGES
PREFEITO MUNICIPAL

FLARI RAFAEL TRICHES
ANALISTA DE CONTR. INTERNO

ROBERTO ZOLET
CONTADOR CRC 025778/O-9

FLAVIO DALL' AGNOL
SECRETÁRIO DE FAZENDA

Schroeder

Prefeitura Municipal

Aviso de Pregão Presencial Registro de Preço Nº 03/2009 – FMS

O Município de Schroeder torna público, para conhecimento dos interessados que, conforme dispõe a Lei Municipal nº1669/2008, Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, vigente e pertinente à matéria, fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO do tipo menor preço por ITEM nº 03/2009 – FMS.

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas para o REGISTRO DE PREÇO visando aquisição de óleos e filtros para veículos da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder (SC), ao longo de 12 (doze) meses.

Recebimento dos Envelopes até: 09 de fevereiro de 2009 às 09:00h.

Abertura do Processo: 09 de fevereiro de 2009 às 09:00h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Schroeder
A íntegra do Edital, bem como maiores informações poderão ser obtidas junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 08:00 às 12:00 h. e das 13:30 às 17:00 h.
Fone/fax (0xx47)3374-1191 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 28 de janeiro de 2009.

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

Aviso de Pregão Presencial Registro de Preço Nº 01/2009 – FIA

O Município de Schroeder torna público, para conhecimento dos interessados que, conforme dispõe a Lei Municipal nº1669/2008, Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, vigente e pertinente à matéria, fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO do tipo menor preço por ITEM nº 01/2009 – FIA.

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas para o REGISTRO DE PREÇO visando aquisição de óleos e filtros para o veículo do Conselho Tutelar, do Fundo Municipal da Infância e da Adolescência da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder (SC), ao longo de 12 (doze) meses.

Recebimento dos Envelopes até: 09 de fevereiro de 2009 às 11:00h.

Abertura do Processo: 09 de fevereiro de 2009 às 11:00h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Schroeder
A íntegra do Edital, bem como maiores informações poderão ser obtidas junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 08:00 às 12:00 h. e das 13:30 às 17:00 h.
Fone/fax (0xx47)3374-1191 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 28 de janeiro de 2009.

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

Aviso de Pregão Presencial Registro de Preço Nº 01/2009 – FAS

O Município de Schroeder torna público, para conhecimento dos interessados que, conforme dispõe a Lei Municipal nº1669/2008, Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, vigente e pertinente à matéria, fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO do tipo menor preço por ITEM nº 01/2009 – FAS.

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas para o REGISTRO DE PREÇO visando aquisição de óleos e filtros para veículos da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder (SC), ao longo de 12 (doze) meses.

Recebimento dos Envelopes até: 09 de fevereiro de 2009 às 10:00h.

Abertura do Processo: 09 de fevereiro de 2009 às 10:00h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Schroeder
A íntegra do Edital, bem como maiores informações poderão ser obtidas junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 08:00 às 12:00 h. e das 13:30 às 17:00 h.
Fone/fax (0xx47)3374-1191 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 28 de janeiro de 2009.

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

Videira

Prefeitura Municipal

Edital Processo Seletivo SIMPLIFICADO – FMS – Nº 005/2009

O Secretário Municipal de Saúde, do município de Videira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

Considerando a necessidade de se efetuar a contratação de pessoal, por tempo determinado com possibilidade de prorrogação, para o desenvolvimento de atividades inerentes ao Departamento da Saúde e Ação Social conforme justificativas da Secretaria Municipal da Saúde e Ação Social;

Considerando que a contratação de pessoal por tempo determinado, para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, está fundamentada no inciso IX do artigo 37 da Constituição Federal e também na Lei Municipal n.º 1.991/2008.

Torna público que estarão abertas, no período de 28 à 30 de janeiro de 2009, as inscrições ao Processo Seletivo Simplificado para admissão em caráter temporário – ACT – objetivando a realização de um cadastro de reserva para a contratação de pessoal para atuar no Departamento Municipal de Saúde e Ação Social do Município de Videira – SC, o qual se regerá pelas instruções contidas neste Edital.

O edital está disponível no endereço eletrônico: www.videira.sc.gov.br / www.diariomunicipal.com.br, no quadro de avisos do Pronto Atendimento Médico Ambulatorial - PAME 24 h e no quadro de avisos da Prefeitura Municipal de Videira.

DAS VAGAS, HABILITAÇÕES, CARGA HORÁRIA E REMUNERAÇÃO:

O candidato concorrerá às vagas oferecidas para apenas um dos

cargos constantes no seguinte quadro:

Cargos necessários para o cargo	Nº de Vagas	Carga Horária Semanal	Remuneração Inicial	Habilitação Tipos de Provas
Serviços Gerais ¹	CR ²	40 h	Ensino	fundamental
incompleto	R\$ 523,76		Prova Escrita e	
Entrevista				

1 – Local de Atuação: Departamento de Saúde e Ação Social do Município de Videira.

2 - CR: Vagas destinadas ao Cadastro de Reserva.

DAS INSCRIÇÕES:

A inscrição do candidato dar-se-á mediante o preenchimento de formulário próprio, devendo ser anexado cópia do documento de identidade.

As inscrições serão realizadas das 8:00 h às 11:30 e das 13:30 h às 17:00 h, no período de 28 à 30 de janeiro de 2009, no Setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social – PAME 24 h, sito a Rua Antonio Ferlin, nº 550, Bairro São Cristóvão na cidade de Videira – SC.

Às pessoas portadoras de necessidades especiais é assegurado o direito de inscrição neste Processo Seletivo, desde que suas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadoras.

Serão reservadas vagas aos candidatos com necessidades especiais, para o cargo cujas as atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que sejam portadores, na proporção de 5% (cinco por cento) das vagas previstas neste, conforme a Carta Magna, em seu artigo 37, inciso VIII e no art. 37, do Decreto Federal nº 3.298/99.

Nos termos da legislação federal, os portadores de necessidades especiais integrarão lista de chamada especial. Será chamado 01 (um) candidato classificado para as vagas reservadas as pessoas portadoras de necessidade especial a cada 10 (dez) candidatos chamados para classificação geral.

Serão consideradas deficiências somente aquelas conceituadas na medicina especializada, de acordo com os padrões mundialmente estabelecidos, e que se enquadrem nas categorias descritas no art. 4º do Decreto Federal nº 5.296/2004 e 3.298/1999 e na Lei Federal nº 7.853/1989.

No ato da inscrição, a pessoa portadora de necessidade especial deverá indicar, no espaço apropriado constante do Requerimento de Inscrição, sua deficiência e as condições especiais de que necessitar para realizar as provas, juntamente, deverá entregar pessoalmente, Laudo Médico com a descrição da deficiência e o respectivo enquadramento na CID (Classificação Internacional de Doenças).

Os candidatos portadores de necessidades especiais, aprovados (classificados) no presente processo seletivo, submeter-se-ão, quando convocadas, à avaliação da Junta Médica Oficial do Município, que terá a decisão terminativa sobre a qualificação do candidato como portador de necessidade especial ou não e o grau de deficiência, capacitante ou não para o exercício do cargo.

O candidato portador de necessidade especial participará deste Processo Seletivo em igualdade de condições com os demais candidatos no que se refere à avaliação e aos critérios de aprovação, horário, data e local de aplicação e nota mínima exigida para todos os demais candidatos.

Na falta de candidatos classificados para as vagas de portadores de necessidades especiais, estas serão preenchidas pelos demais classificados com a estrita observância da ordem de classificação.

DAS PROVAS:

A avaliação do candidato far-se-á mediante prova escrita e entrevista.

A prova escrita será composta por 10 (dez) questões objetivas de múltipla escolha contendo 04 (quatro) alternativas (a, b, c, d), sendo apenas uma a alternativa correta.

As 10 (dez) questões serão de conhecimentos específicos do cargo, sendo que cada questão valerá 0,5 (zero vírgula cinco).

À prova escrita será atribuída a nota de 0,0 (zero vírgula zero) a 5,0 (cinco vírgula zero).

Serão desconsideradas as questões assinaladas no gabarito com mais de uma alternativa, bem como as questões que tiverem rasuras ou emendas.

Só será permitida a entrada no recinto da prova escrita 15 (quinze) minutos antes do seu início, devendo o candidato trazer caneta esferográfica de tinta azul ou preta.

Não será permitido o ingresso do candidato no local de prova sem a cédula de identidade ou documento oficial de identificação, com fotografia, e o cartão de inscrição, sendo os retardatários ou ausentes eliminados do certame.

Não será permitido, durante a realização da prova à comunicação entre os candidatos, nem a utilização de máquinas calculadoras ou similares, material bibliográfico, anotações, réguas de cálculo, impressos ou qualquer outro material de consulta. O candidato que for surpreendido em concordância com alguma dessas ocorrências acima citadas estará automaticamente eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

O candidato terá, no máximo, 02 (duas) horas para a realização da prova escrita.

Só será permitida a saída do candidato do local da prova escrita após 30 (trinta) minutos do início da prova.

Ao final da prova escrita os 03 (três) últimos candidatos deverão permanecer no recinto juntamente com os fiscais da prova.

Estarão aptos a participar da entrevista os candidatos que acertarem 50% das questões da prova escrita, ou seja, adquirirem a nota igual ou superior a 2,5 (dois vírgula cinco).

A entrevista será realizada por profissionais da área de Administração, Serviço Social e Coordenação de Serviço Gerais da Secretaria Municipal da Saúde e Ação Social, sendo atribuída a nota de 0,0 (zero vírgula zero) a 5,0 (cinco vírgula zero).

Para a entrevista o candidato deverá estar no local com 15 (quinze) minutos de antecedência.

Para fins de classificação, a nota final será a soma da nota obtida na entrevista com a nota obtida na prova escrita.

Quadro de data, local e horário das avaliações para o cargo de Serviços Gerais:

Tipo de Prova	Data	Local	Horário	Divulgação do Resultado
Escrita	02/02/2009	Posto de Assistência Médica – PAM		

(prédio do INSS), à rua Coronel Alberto Schimidt, no bairro Centro, na cidade de Videira - SC 14:00 horas Dia 06/02/2009 será divulgada a lista dos candidatos aprovados para a entrevista.
Entrevista 09/02/2009

Posto de Assistência Médica – PAM

(prédio do INSS), à rua Coronel Alberto Schimidt, no bairro Centro, na cidade de Videira- SC 09:00 horas Dia 13/02/2009 será divulgado o resultado final.

CONDIÇÕES PARA A ENTREVISTA:

Ocorrendo o empate, terá preferência o candidato de maior idade e, ainda persistindo o empate, aquele que atuou no serviço público por maior período de tempo.

O prazo para interposição de recurso é de 02 (dois) dias úteis, a contar da publicação do resultado do Processo Seletivo Simplificado.

Não haverá segunda chamada para a entrevista seja qual for o motivo alegado pelo candidato para justificar sua ausência.

Em nenhuma hipótese haverá, na via administrativa, vista ou revisão das entrevistas.

DAS ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS:

Cargos Atribuições

Serviços Gerais I – Remover o pó dos móveis, tetos, portas, janelas e equipamentos, espanando-os ou limpando;

II – Limpar escadas, pisos, paredes, janelas, calçadas, banheiros, copas, varrendo-os, encerando-os ou passando aspirador de pó;
III – Limpar utensílios como: cinzeiros, lixeiros, lixeiros, objetos de adorno, vidros, entre outros;

IV – Arrumar banheiros, limpando-os com sabão, detergente e desinfetante, reabastecendo-os com papel higiênico, toalhas e sabonetes;

V – Queimar o lixo contaminado do serviço de saúde nos incineradores apropriados, separando as agulhas, vidros, medicamentos e vacinas vencidas, em recipientes apropriados para encaminhar ao enterro sanitário;

VI – Coletar lixo e depositá-lo nas lixeiras;

VII – Preparar e servir chá, café ou água;

VIII – Lavar as roupas das crianças, lençóis, cobertores, toalhas e demais roupas usadas nas creches municipais e nos serviços de saúde;

IX – Auxiliar os professores nas creches: cuidando das crianças, colocando-as para dormir, alimentando-as, trocando fraldas, entre outras, excluído o suporte pedagógico;

X – Retirar as roupas do varal, passá-las a ferro, esterilizá-las e guardá-las nas respectivas salas;

XI – Efetuar contagem das roupas lavadas e esterilizadas para controle das mesmas;

XII – Executar serviços de limpeza da área externa das creches e escolas, postos de saúde e prédios municipais, varrendo ou lavando calçadas, pátios, paredes, janelas, como também roçando e capinando;

XIII – Auxiliar na preparação de refeições, e merendas escolares, descascando e cortando verduras e temperos, lavando e secando louças, servindo as refeições, merendas e fazendo a limpeza da cozinha;

XIV – Fazer pequenos reparos, tais como: conserto de móveis, aparelhos elétricos, troca de lâmpadas, torneiras, dentre outros, quando solicitado;

XV – Auxiliar na execução dos trabalhos de almoxarifado, no recebimento, armazenamento e distribuição dos materiais e/ou equipamentos;

XVI – Regar e cuidar de flores e demais vegetação ornamental nas áreas internas e externas dos prédios municipais;

XVI – Transportar, carregar e descarregar viaturas, arrumar

móveis, equipamentos, volumes e materiais em geral:

XVII – Executar serviços de coleta e entrega de documentos, processos, correspondências, encomendas e outros afins dirigindo-se aos locais solicitados, recebendo e/ou entregando o material, objetivando atender as solicitações e necessidades administrativas da Administração Municipal;

XIX – Preparar e servir refeições, conforme instruções e cardápios pré-estabelecidos;

XX – Recolher, lavar, secar e guardar utensílios de copa e cozinha;

XXI – Executar serviços de conservação e limpeza da copa e cozinha;

XXII – Elaborar pedidos de materiais para merenda;

XXIII – Anotar o cardápio e a quantidade dos alimentos utilizados, para fins de controle;

XXIV – Receber, guardar os alimentos recebidos;

XV – Zelar pela guarda de materiais e equipamentos de trabalho;

XVI – Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho;

XVII – Executar outras atividades correlatas;

DAS CONTRATAÇÕES:

Os aprovados que vierem a ser contratados mediante o Processo Seletivo Simplificado objeto deste Edital, serão regidos pela Lei Municipal n.º 1.991/08 de 02 de abril de 2008.

As contratações serão feitas de acordo com a ordem de classificação crescente, conforme a necessidade verificada pelo Departamento Municipal de Saúde, por tempo determinado, pelo prazo máximo de até um ano, com possibilidade de prorrogação por igual prazo.

São requisitos a serem atendidos pelo candidato aprovado, por ocasião de sua contratação:

1. Ser brasileiro nato, naturalizado ou gozar das prerrogativas de legislação específica;

2. Ter a idade mínima de dezoito anos;

3. Provar estar quite com as obrigações eleitorais;

4. Provar estar quite com o serviço militar, quando for o caso;

5. Realizar exame médico admissional e nele ser considerado apto para o desempenho da função.

6. Ter disponibilidade de trabalho, preferencialmente, de 40 horas semanais em regime de escala.

7. Não ser servidor aposentado em decorrência do exercício de cargo público, em atendimento ao Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta n.º 215/05, letra "e", firmado junto ao Processo Investigatório n.º 110/99, que tramita na Procuradoria Regional do Trabalho – 12ª Região.

8. Apresentar os documentos pessoais e comprovantes de escolaridade que forem solicitados, sendo estes:

8.1 Carteira de trabalho com n.º PIS/PASEP;

8.2 Uma foto 3x4;

8.3 Cópia de comprovante de residência e número de telefone;

8.4 Cópias de: Carteira de Identidade frente e verso, CPF, Título de Eleitor; Certificado de Reservista para os candidatos do sexo masculino e tipo sanguíneo;

8.5 Cópia da Certidão de nascimento ou casamento;

8.6 Cópia da Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos;

8.7 Declaração de dependentes para fins de imposto de renda, contendo nome e data de nascimento;

8.8 Cópia do certificado de conclusão de escolaridade exigido para o cargo;

8.9 Declaração firmando termo de responsabilidade de que ao tomar posse não está acumulando cargos de acordo com o Art. 37, item XVI, da Constituição Federal, e não ter sofrido no exercício de função pública as penalidades em Lei. (modelo fornecido pela Secretaria da Saúde);

8.10 Declaração de Bens;

8.11 Convocação para contratação de acordo com o processo seletivo para o cargo.

A relação dos candidatos aprovados será divulgada nos endereços eletrônicos: <http://www.videira.sc.gov.br/> e www.diariomunicipal.com.br, no quadro de avisos do Pronto Atendimento Médico Ambulatorial - PAME 24 h e no quadro de avisos da Prefeitura Municipal de Videira a partir do dia 13 de fevereiro de 2009.

Os candidatos aprovados poderão ser chamados a qualquer momento a partir da divulgação do resultado final e durante o prazo de vigência deste Processo Seletivo Simplificado.

Os candidatos serão convocados ao cargo por meio de contato telefônico. Caso este não seja possível, será encaminhado ao candidato termo de convocação emitido com AR (Aviso de Recebimento). Se após 05 (cinco) dias do recebimento deste o candidato não se manifestou acerca do seu interesse pelo cargo, será considerado desclassificado.

A aprovação do candidato no Processo Seletivo Simplificado não gera ao Município a obrigatoriedade de sua contratação.

Os casos omissos serão resolvidos conjuntamente pelo Secretário da Administração e pelo Secretário da Saúde do Município.

A vigência do presente Processo Seletivo Simplificado será até o dia 31 de dezembro de 2009 ou até que haja candidatos para serem convocados.

Videira – SC, 26 de janeiro de 2009.

SANDRO ANTONIO CAREGNATO

Secretário de Saúde e Ação Social

Edital Processo Seletivo Simplificado – FMS – N° 006/2009

O Secretário Municipal de Saúde, do município de Videira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

Considerando a necessidade de se efetuar a contratação de pessoal, por tempo determinado com possibilidade de prorrogação, para o desenvolvimento de atividades inerentes ao Departamento da Saúde e Ação Social conforme justificativas da Secretaria Municipal da Saúde e Ação Social;

Considerando que a contratação de pessoal por tempo determinado, para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, está fundamentada no inciso IX do artigo 37 da Constituição Federal e também na Lei Municipal n.º 1.991/2008.

Torna público que estarão abertas, no período de 28 à 30 de janeiro de 2009, as inscrições ao Processo Seletivo Simplificado para admissão em caráter temporário – ACT – objetivando a contratação de pessoal para atuar no Departamento Municipal de Saúde e Ação Social do Município de Videira – SC, o qual se regerá pelas instruções contidas neste Edital.

O edital está disponível nos endereços eletrônicos: <http://www.videira.sc.gov.br/> - www.diariomunicipal.sc.gov.br, no quadro de avisos do Pronto Atendimento Médico Ambulatorial - PAME 24 h e no quadro de avisos da Prefeitura Municipal de Videira.

DAS VAGAS, HABILITAÇÕES, CARGA HORÁRIA E REMUNERAÇÃO:

O candidato concorrerá às vagas oferecidas para apenas um dos cargos constantes no seguinte quadro:

Cargos	Nº de Vagas	Carga Horária Semanal	Habilitação
--------	-------------	-----------------------	-------------

necessária para o cargo	Remuneração Inicial	Tipos de Provas
-------------------------	---------------------	-----------------

Agente Técnico Administrativo		
-------------------------------	--	--

CR ²		
-----------------	--	--

40 h	Ensino médio completo	
------	-----------------------	--

R\$ 862,68	Prova Escrita e Entrevista	
------------	----------------------------	--

1 – Local de Atuação: Departamento de Saúde e Ação Social do Município de Videira.		
--	--	--

2 - CR: Vagas destinadas ao Cadastro de Reserva.		
--	--	--

DAS INSCRIÇÕES:

A inscrição do candidato dar-se-á mediante o preenchimento de formulário próprio, devendo anexar cópia do documento de identidade e cópia do comprovante da habilitação necessária para o cargo ao qual o candidato irá concorrer, conforme o quadro de vagas disponível neste edital.

A inscrição serão realizadas no período de 28 a 30 de janeiro de 2009, das 8:00 às 11:30 horas e das 13:30 às 17:00 horas, no Setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal da Saúde e Ação Social – PAME 24 h, na Rua Antonio Ferlin, nº 550, Bairro São Cristóvão, na cidade de Videira – SC.

DAS PROVAS:

A avaliação dos candidatos far-se-á mediante prova escrita e entrevista.

A prova escrita será composta por 25 (vinte e cinco) questões objetivas de múltipla escolha contendo 04 (quatro) alternativas (a, b, c, d), sendo apenas uma a alternativa correta.

As 25 (vinte e cinco) questões serão assim divididas: 10 (dez) questões de conhecimentos específicos, 10 (dez) questões de língua portuguesa e 5 (cinco) questões de matemática, sendo que cada questão valerá 0,2 (zero vírgula dois).

À prova escrita será atribuída a nota de 0,0 (zero vírgula zero) a 5,0 (cinco vírgula zero).

Serão desconsideradas as questões assinaladas no gabarito com mais de uma alternativa, bem como as questões que tiverem rasuras ou emendas.

Só será permitida a entrada no recinto da prova escrita 15 (quinze) minutos antes do seu início, devendo o candidato trazer caneta esferográfica de tinta azul ou preta.

Não será permitido o ingresso do candidato no local de prova sem a cédula de identidade ou documento oficial de identificação, com fotografia, e o cartão de inscrição, sendo os retardatários ou ausentes eliminados do certame.

Não será permitido, durante a realização da prova à comunicação entre os candidatos, nem a utilização de máquinas calculadoras ou similares, material bibliográfico, anotações, réguas de cálculo, impressos ou qualquer outro material de consulta. O candidato que for surpreendido em concordância com alguma dessas ocorrências acima citadas estará automaticamente eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

O candidato terá, no máximo, 03 (três) horas para a realização da prova escrita.

Só será permitida a saída do candidato do local da prova escrita após 30 (trinta) minutos do início da prova.

Ao final da prova escrita os 03 (três) últimos candidatos deverão permanecer no recinto juntamente com os fiscais da prova.

Estarão aptos a participar da entrevista os candidatos que acertarem 50% das questões da prova escrita, ou seja, adquirirem a nota igual ou superior a 2,5 (dois vírgula cinco).

A entrevista será realizada por profissionais da área de Administração e Recursos Humanos da Secretaria Municipal da Saúde e Ação Social, e será atribuída a nota de 0,0 (zero vírgula zero) a 5,0 (cinco vírgula zero).

Para a entrevista o candidato deverá estar no local com 15 (quinze) minutos de antecedência.

A nota final do candidato será a soma da nota obtida na prova escrita com a nota obtida na entrevista.

Quadro de data, local e horário das avaliações para ambos os cargos:

Tipo de Prova	Data	Local	Horário	Divulgação	do Resultado
---------------	------	-------	---------	------------	--------------

Escrita

03/02/2009

Posto de Assistência Médica – PAM (prédio do INSS), à Rua Coronel Alberto Schimidt, no Bairro Centro, na cidade de Videira – SC.

14:00 horas No dia 06/02/2009, será divulgada a lista dos candidatos aprovados para a entrevista.

Entrevista

10/02/2009

Posto de Assistência Médica – PAM (prédio do INSS), à Rua Coronel Alberto Schimidt, no Bairro Centro, na cidade de Videira – SC.

9:00 horas Dia 13/02/2009, no período vespertino, será divulgado o resultado final.

CONDIÇÕES PARA REALIZAÇÃO DAS PROVAS:

Ocorrendo o empate, terá preferência o candidato de maior idade e, ainda persistindo o empate, aquele que atuou no serviço público por maior período de tempo.

O prazo para interposição de recurso é de 02 (dois) dias úteis, a contar da publicação do resultado do Processo Seletivo Simplificado.

Não haverá segunda chamada para as provas seja qual for o motivo alegado pelo candidato para justificar sua ausência.

Em nenhuma hipótese haverá, na via administrativa, vista ou revisão de provas.

DAS ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS:

Cargo Atribuições

Agente Técnico Administrativo I – Preencher formulários, fichas, mapas, relações, requisições e outros documentos, registrando e/ou transcrevendo dados e informações pré-

determinadas;

II – Expedir, receber papéis, documentos, processos e materiais providenciando a sua adequada distribuição, tramitação e encaminhamento;

III – Executar serviços de datilografia e digitação em geral, copiando textos, tabelas, quadros demonstrativos, bem como emitindo formulários, certidões, relatórios, entre outros;

IV – Efetuar levantamentos fixos e prestar auxílio em pesquisas e outros trabalhos, de acordo com a orientação e supervisão;

V – Executar e/ou efetuar cálculos e conferências em geral dentro de sua área de atuação, conforme determinação da chefia;

VI – Organizar dados, registros e arquivar documentos, classificando-os por matérias, ordem alfabética ou outro sistema de classificação para possibilitar um controle sistemático do mesmo;

VII – Realizar, segundo instruções recebidas, o levantamento para balancetes, inventários e balanços;

VIII – Efetuar registros contábeis de pequena complexidade;

IX – Registrar e controlar empréstimos de livros, revistas periódicas, documentos, projetos e publicações em geral;

X – Alimentar sistemas computacionais, através de digitação de dados e informações, conforme instruções da chefia;

XI – Requisitar e distribuir materiais de consumo necessários ao serviço;

XII – Atender ao público prestando informações, conferindo documentação, preenchendo formulários, fazendo cobranças, entregando documentos e executando outras atividades de sua área de competência;

XIII – Executar atividades de recepção, atendendo servidores de outras unidades administrativas, usuários e visitantes, identificando-os e indagando suas pretensões para informá-los ou encaminhá-los as pessoas ou órgãos desejados;

XIV – Colaborar na elaboração de relatórios, atendendo as normas ou exigências na área;

XV – receber documentos, processos, correspondências, encaminhando-os as pessoas ou órgãos de destinatário, bem como expedi-lo;

XVI – Operar máquina de xérox, extraindo cópias conforme requisição dos órgãos interessados;

XVII – Zelar pela guarda dos materiais e equipamentos de trabalho;

XVIII – Redigir informações rotineiras e relatórios, preencher guias e requisições;

XIX – Instaurar, examinar e informar processos administrativos;

XX – Assistir superiores;

XXI – Executar outras atividades correlatas.

DAS CONTRATAÇÕES:

Os aprovados que vierem a ser contratados mediante o Processo Seletivo Simplificado objeto deste Edital, serão regidos pela Lei Municipal n.º 1.991/08 de 02 de abril de 2008.

As contratações serão feitas de acordo com a ordem de classificação decrescente, conforme a necessidade verificada pelo Departamento Municipal de Saúde, por tempo determinado, pelo prazo máximo de até um ano, com possibilidade de prorrogação por igual prazo.

São requisitos a serem atendidos pelo candidato aprovado, por ocasião de sua contratação:

1. Ser brasileiro nato, naturalizado ou gozar das prerrogativas de legislação específica;
2. Ter a idade mínima de dezoito anos;
3. Provar estar quite com as obrigações eleitorais;
4. Provar estar quite com o serviço militar, quando for o caso;
5. Realizar exame médico admissional e nele ser considerado apto para o desempenho da função.
6. Ter disponibilidade de trabalho, preferencialmente, de 40

horas semanais em regime de escala.

7. Não ser servidor aposentado em decorrência do exercício de cargo público, em atendimento ao Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta n.º 215/05, letra "e", firmado junto ao Processo Investigatório n.º 110/99, que tramita na Procuradoria Regional do Trabalho – 12ª Região.

8. Apresentar os documentos pessoais e comprovantes de escolaridade que forem solicitados, sendo estes:

8.1 Carteira de trabalho com n.º PIS/PASEP;

8.2 Uma foto 3x4;

8.3 Cópia de comprovante de residência e número de telefone;

8.4 Cópias de: Carteira de Identidade frente e verso, CPF, Título de Eleitor; Certificado de Reservista para os candidatos do sexo masculino e tipo sanguíneo;

8.5 Cópia da Certidão de nascimento ou casamento;

8.6 Cópia da Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos;

8.7 Declaração de dependentes para fins de imposto de renda, contendo nome e data de nascimento;

8.8 Cópia do certificado de conclusão de escolaridade exigido para o cargo;

8.9 Declaração firmando termo de responsabilidade de que ao tomar posse não está acumulando cargos de acordo com o Art. 37, item XVI, da Constituição Federal, e não ter sofrido no exercício de função pública as penalidades em Lei. (modelo fornecido pela Secretaria da Saúde);

8.10 Declaração de Bens;

8.11 Convocação para contratação de acordo com o processo seletivo para o cargo.

A relação dos candidatos aprovados será divulgada nos endereços eletrônicos: www.videira.sc.gov.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br no link da Secretaria Municipal da Saúde, no quadro de avisos do Pronto Atendimento Médico Ambulatorial - PAME 24 h e no quadro de avisos da Prefeitura Municipal de Videira a partir do dia 13 de fevereiro de 2009.

Os candidatos aprovados poderão ser chamados a qualquer momento a partir da divulgação do resultado final e durante o prazo de vigência deste Processo Seletivo Simplificado.

Os candidatos serão convocados ao cargo por meio de contato telefônico. Caso este não seja possível, será encaminhado ao candidato termo de convocação emitido com AR (Aviso de Recebimento). Se após 05 (cinco) dias do recebimento deste o candidato não se manifestou acerca do seu interesse pelo cargo, será considerado desclassificado.

A aprovação do candidato no Processo Seletivo Simplificado não gera ao Município a obrigatoriedade de sua contratação.

Os casos omissos serão resolvidos conjuntamente pelo Secretário da Administração e pelo Secretário da Saúde do Município.

A vigência do presente Processo Seletivo Simplificado será até o dia 31 de dezembro de 2009 ou até que haja candidatos para serem convocados.

Videira – SC, 26 de janeiro de 2009.

SANDRO ANTONIO CAREGNATO
Secretário de Saúde e Ação Social

Edital Processo Seletivo Simplificado – FMS – N° 007/2009

O Secretário Municipal de Saúde, do município de Videira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

Considerando a necessidade de se efetuar a contratação de pessoal, por tempo determinado com possibilidade de prorrogação,

para o desenvolvimento de atividades inerentes ao Departamento da Saúde e Ação Social conforme justificativas da Secretaria Municipal da Saúde e Ação Social;

Considerando que a contratação de pessoal por tempo determinado, para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, está fundamentada no inciso IX do artigo 37 da Constituição Federal e também na Lei Municipal n.º 1.991/2008.

Torna público que estarão abertas, no período de 28 à 30 de janeiro de 2009, as inscrições ao Processo Seletivo Simplificado para admissão em caráter temporário – ACT – objetivando a contratação de pessoal para atuar no Departamento Municipal de Saúde e Ação Social do Município de Videira – SC, o qual se regerá pelas instruções contidas neste Edital.

O edital está disponível nos endereços eletrônicos: <http://www.videira.sc.gov.br/> - www.diariomunicipal.sc.gov.br, no quadro de avisos do Pronto Atendimento Médico Ambulatorial - PAME 24 h e no quadro de avisos da Prefeitura Municipal de Videira.

DAS VAGAS, HABILITAÇÕES, CARGA HORÁRIA E REMUNERAÇÃO:

O candidato concorrerá às vagas oferecidas para apenas um dos cargos constantes no seguinte quadro:

Cargos	Nº de Vagas	Carga Horária Semanal	Habilitação
		Remuneração Inicial	Tipos de
			Provas

Técnico de Enfermagem¹

CR²

40 h Ensino médio na área com registro no COREN - SC
R\$ 742,41 Prova Escrita e Entrevista

Auxiliar de Enfermagem¹

CR²

40 h Ensino médio na área com registro no COREN - SC
R\$ 742,41 Prova Escrita e Entrevista

1 – Local de Atuação: Departamento de Saúde e Ação Social do Município de Videira.

2 - CR: Vagas destinadas ao Cadastro de Reserva.

DAS INSCRIÇÕES:

A inscrição do candidato dar-se-á mediante o preenchimento de formulário próprio, devendo anexar cópia do documento de identidade e cópia do comprovante da habilitação necessária para o cargo ao qual o candidato irá concorrer, conforme o quadro de vagas disponível neste edital.

As inscrições serão realizadas no período de 28 a 30 de janeiro de 2009, das 8:00 às 11:30 horas e das 13:30 às 17:00 horas, no Setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal da Saúde e Ação Social – PAME 24 h, na Rua Antonio Ferlin, nº 550, Bairro São Cristóvão, na cidade de Videira – SC.

Às pessoas portadoras de necessidades especiais é assegurado o direito de inscrição neste Processo Seletivo, desde que suas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadoras.

Serão reservadas vagas aos candidatos com necessidades especiais, para o cargo cujas as atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que sejam portadores, na proporção de 5% (cinco por cento) das vagas previstas neste, conforme a Carta Magna, em seu artigo 37, inciso VIII e no art. 37, do Decreto Federal nº 3.298/99.

Nos termos da legislação federal, os portadores de necessidades especiais integrarão lista de chamada especial. Será chamado 01 (um) candidato classificado para as vagas reservadas as pessoas portadoras de necessidade especial a cada 10 (dez) candidatos chamados para classificação geral.

Serão consideradas deficiências somente aquelas conceituadas na medicina especializada, de acordo com os padrões mundialmente estabelecidos, e que se enquadrem nas categorias descritas no art. 4º do Decreto Federal nº 5.296/2004 e 3.298/1999 e na Lei Federal nº 7.853/1989.

No ato da inscrição, a pessoa portadora de necessidade especial deverá indicar, no espaço apropriado constante do Requerimento de Inscrição, sua deficiência e as condições especiais de que necessitar para realizar as provas, juntamente, deverá entregar pessoalmente, Laudo Médico com a descrição da deficiência e o respectivo enquadramento na CID (Classificação Internacional de Doenças).

Os candidatos portadores de necessidades especiais, aprovados (classificados) no presente processo seletivo, submeter-se-ão, quando convocadas, à avaliação da Junta Médica Oficial do Município, que terá a decisão terminativa sobre a qualificação do candidato como portador de necessidade especial ou não e o grau de deficiência, capacitante ou não para o exercício do cargo.

O candidato portador de necessidade especial participará deste Processo Seletivo em igualdade de condições com os demais candidatos no que se refere à avaliação e aos critérios de aprovação, horário, data e local de aplicação e nota mínima exigida para todos os demais candidatos.

Na falta de candidatos classificados para as vagas de portadores de necessidades especiais, estas serão preenchidas pelos demais classificados com a estrita observância da ordem de classificação.

DAS PROVAS PARA AMBOS OS CARGOS:

A avaliação dos candidatos far-se-á mediante prova escrita e entrevista.

A prova escrita será composta por 25 (vinte e cinco) questões objetivas de múltipla escolha contendo 04 (quatro) alternativas (a, b, c, d), sendo apenas uma a alternativa correta.

As 25 (vinte e cinco) questões serão assim divididas: 15 (quinze) questões de conhecimentos específicos e 10 (dez) questões de língua portuguesa, sendo que cada questão valerá 0,2 (zero vírgula dois).

À prova escrita será atribuída a nota de 0,0 (zero vírgula zero) a 5,0 (cinco vírgula zero).

Serão desconsideradas as questões assinaladas no gabarito com mais de uma alternativa, bem como as questões que tiverem rasuras ou emendas.

Só será permitida a entrada no recinto da prova escrita 15 (quinze) minutos antes do seu início, devendo o candidato trazer caneta esferográfica de tinta azul ou preta.

Não será permitido o ingresso do candidato no local de prova sem a cédula de identidade ou documento oficial de identificação, com fotografia, e o cartão de inscrição, sendo os retardatários ou ausentes eliminados do certame.

Não será permitida, durante a realização da prova à comunicação entre os candidatos, nem a utilização de máquinas calculadoras

ou similares, material bibliográfico, anotações, réguas de cálculo, impressos ou qualquer outro material de consulta. O candidato que for surpreendido em concordância com alguma dessas ocorrências acima citadas estará automaticamente eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

O candidato terá, no máximo, 03 (três) horas para a realização da prova escrita.

Só será permitida a saída do candidato do local da prova escrita após 30 (trinta) minutos do início da prova.

Ao final da prova escrita os 03 (três) últimos candidatos deverão permanecer no recinto juntamente com os fiscais da prova.

Estarão aptos a participar da entrevista os candidatos que acertarem 50% das questões da prova escrita, ou seja, adquirirem a nota igual ou superior a 2,5 (dois vírgula cinco).

A entrevista será realizada por profissionais da área de Administração, Recursos Humanos e Enfermagem e será atribuída a nota de 0,0 (zero vírgula zero) a 5,0 (cinco vírgula zero).

Para a entrevista o candidato deverá estar no local com 15 (quinze) minutos de antecedência.

A nota final do candidato, para efeito de classificação, será a soma da nota obtida na prova escrita com a nota obtida na entrevista.

Quadro de data, local e horário das avaliações para ambos os cargos:

Tipo de Prova	Data	Local	Horário	Divulgação	do Resultado
---------------	------	-------	---------	------------	--------------

Escrita

04/02/2009

Posto de Assistência Médica – PAM (prédio do INSS), à Rua Coronel Alberto Schmidt, no Bairro Centro, na cidade de Videira – SC.

14:00 horas No dia 06/02/2009, será divulgada a lista dos candidatos aprovados para a entrevista.

Entrevista

11/02/2009

Pronto Atendimento Médico Ambulatorial-PAME 24H, à rua Antônio Ferlin nº550, no Bairro São Cristóvão, na cidade de Videira-SC.

8:00 horas Dia 13/02/2009, no período vespertino, será divulgado o resultado final.

CONDIÇÕES PARA REALIZAÇÃO DAS PROVAS:

Ocorrendo o empate, terá preferência o candidato de maior idade e, ainda persistindo o empate, aquele que atuou no serviço público por maior período de tempo.

O prazo para interposição de recurso é de 02 (dois) dias úteis, a contar da publicação do resultado do Processo Seletivo Simplificado.

Não haverá segunda chamada para as provas seja qual for o motivo alegado pelo candidato para justificar sua ausência.

Em nenhuma hipótese haverá, na via administrativa, vista ou revisão de provas.

DAS ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS:**Cargos Atribuições**

Técnico de Enfermagem I – Preparar o atendimento ambulatorial, responsabilizando-se pelo preparo e esterilização do material e equipamento a serem utilizados;

II – Receber, conferir e armazenar material de consumo, de expediente e medicamentos utilizados no atendimento;

III – Assistir o Enfermeiro no planejamento, programação, orientação e supervisão das atividades de assistência de enfermagem;

IV – Executar ações assistenciais de técnico de enfermagem;

V – Participar da programação de assistência de enfermagem;

VI – Participar da orientação e supervisão do trabalho de enfermagem em grau auxiliar;

VII – Atender os pacientes nas Unidades de atendimento, tomando conhecimento do caso e resolvendo-o ou, de acordo com a complexidade, encaminhando-o ao profissional competente, ao serviço médico local ou aos serviços de emergências hospitalares;

VIII – Preencher, após conferir, movimento de estoques ou arquivos de receita, o mapa mensal de consumo de medicamentos;

IX – Realizar serviços de assistência de enfermagem no que se refere a nebulização (inaloterapia), curativos e retiradas de pontos, injeções, imunizações, orientações sobre aleitamento materno, pré-natal, puericultura, vacinação, desidratação e cuidados com doenças infecto-contagiosas, orientações gerais sobre cuidados de saúde e visita domiciliar, verificação e registro de sinais vitais, coleta e encaminhamento de material para exames laboratoriais, quando solicitado, coleta de material para exames de colpocitologia oncótica, quando indicado, encaminhando aos responsáveis ao Nível Central e efetuando registro em fichas e livros;

X – Auxiliar a equipe multiprofissional local e regional de saúde no atendimento às necessidades da comunidade;

XI – Contribuir para a organização e orientação de grupos de saúde na comunidade;

XII – Promover o bom relacionamento entre a comunidade e o serviço de saúde;

XIII – Requisitar imediatamente, após avaliação de necessidades ou detecção de problemas, os reparos ou reposição de material permanente avaliado, à enfermeira, ao médico ou ao dentista supervisor;

XIV – Participar da equipe de saúde;

XV – Participar e contribuir para consecução de programas, campanhas e outras atividades interinstitucionais relacionadas às Ações Integradas de Saúde, e as intervenções epidemiológicas que forem assumidas pela Prefeitura Municipal;

XVI – Cumprir e fazer cumprir todos os preceitos contidos no Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem;

XVII – Zelar pela ordem, guarda, conservação e limpeza dos materiais e equipamentos de trabalho;

XVIII – Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho;

XIX – Executar outras tarefas correlatas.

Auxiliar de Enfermagem I – Preparar o atendimento ambulatorial, responsabilizando-se pelo preparo e esterilização do material e equipamentos a serem utilizados;

II – Receber, conferir e armazenar material de consumo, de expediente e medicamentos utilizados no atendimento;

III – Assistir ao Enfermeiro no planejamento, programação, orientação e supervisão das atividades de assistência de enfermagem;

IV – Atender os pacientes nas unidades de atendimento, tomando conhecimento do caso e resolvendo-o ou, de acordo com a complexidade, encaminhando-o ao profissional competente, ao serviço médico local ou aos serviços de emergência hospitalares;

V – Preencher, após conferir, movimentos de estoque ou arquivo de receita, o mapa mensal de consumo de medicamentos;

VI – Realizar serviços de assistência de enfermagem no que se refere a: nebulizações, curativos e retiradas de pontos, injeções, imunizações, orientações sobre aleitamento materno, pré-natal, puericultura, desidratação e cuidados de doenças

infecto-contagiosas, orientações gerais sobre cuidados de saúde e visita domiciliar, verificação e registro de sinais vitais, coleta e encaminhamento de material para exames de colpocitologia oncótica, quando indicado, encaminhando aos responsáveis ao Nível Central e efetuando registro em fichas e livros;

VII – Auxiliar a equipe multiprofissional local e regional de saúde no atendimento às necessidades da comunidade;

VIII – Contribuir para organização e orientação de grupos de saúde na comunidade;

IX – Promover o bom relacionamento entre a comunidade e o serviço de saúde;

X – Requisitar imediatamente, após avaliação de necessidades ou detecção de problemas, os reparos ou reposição de material permanente avariado, à enfermeira, ao médico ou ao dentista supervisor;

XI – Participar e contribuir para a consecução de programas, campanhas e outras atividades interinstitucionais relacionadas ao Sistema Único de Saúde, e as intervenções epidemiológicas que forem assumidas pela Prefeitura Municipal;

XII – Cumprir e fazer cumprir todos os preceitos contidos no código de Ética dos profissionais de Enfermagem;

XIII – Zelar pela ordem, guarda, conservação e limpeza dos materiais e equipamentos;

XIV – Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho;

XV – Executar outras atividades correlatas.

DAS CONTRATAÇÕES:

Os aprovados que vierem a ser contratados mediante o Processo Seletivo Simplificado objeto deste Edital, serão regidos pela Lei Municipal n.º 1.991/08 de 02 de abril de 2008.

As contratações serão feitas de acordo com a ordem de classificação decrescente, conforme a necessidade verificada pelo Departamento Municipal de Saúde, por tempo determinado, pelo prazo máximo de até um ano, com possibilidade de prorrogação por igual prazo.

São requisitos a serem atendidos pelo candidato aprovado, por ocasião de sua contratação:

1. Ser brasileiro nato, naturalizado ou gozar das prerrogativas de legislação específica;
2. Ter a idade mínima de dezoito anos;
3. Provar estar quite com as obrigações eleitorais;
4. Provar estar quite com o serviço militar, quando for o caso;
5. Realizar exame médico admissional e nele ser considerado apto para o desempenho da função.
6. Ter disponibilidade de trabalho, preferencialmente, de 40 horas semanais em regime de escala.
7. Não ser servidor aposentado em decorrência do exercício de cargo público, em atendimento ao Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta n.º 215/05, letra "e", firmado junto ao Processo Investigatório n.º 110/99, que tramita na Procuradoria Regional do Trabalho – 12ª Região.
8. Apresentar os documentos pessoais e comprovantes de escolaridade que forem solicitados, sendo estes:
 - 8.1 Carteira de trabalho com n.º PIS/PASEP;
 - 8.2 Uma foto 3x4;
 - 8.3 Cópia de comprovante de residência e número de telefone;
 - 8.4 Cópias de: Carteira de Identidade frente e verso, CPF, Título de Eleitor; Certificado de Reservista para os candidatos do sexo masculino e tipo sanguíneo;
 - 8.5 Cópia da Certidão de nascimento ou casamento;
 - 8.6 Cópia da Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos;
 - 8.7 Declaração de dependentes para fins de imposto de renda, contendo nome e data de nascimento;

8.8 Cópia do certificado de conclusão de escolaridade exigido para o cargo, bem como o registro no respectivo Órgão de Fiscalização.

8.9 Declaração firmando termo de responsabilidade de que ao tomar posse não está acumulando cargos de acordo com o Art. 37, item XVI, da Constituição Federal, e não ter sofrido no exercício de função pública as penalidades em Lei. (modelo fornecido pela Secretaria da Saúde);

8.10 Declaração de Bens;

8.11 Convocação para contratação de acordo com o processo seletivo para o cargo.

A relação dos candidatos aprovados será divulgada nos endereços eletrônicos: www.videira.sc.gov.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br no link da Secretaria Municipal da Saúde, no quadro de avisos do Pronto Atendimento Médico Ambulatorial - PAME 24 h e no quadro de avisos da Prefeitura Municipal de Videira a partir do dia 13 de fevereiro de 2009.

Os candidatos aprovados poderão ser chamados a qualquer momento a partir da divulgação do resultado final e durante o prazo de vigência deste Processo Seletivo Simplificado.

Os candidatos serão convocados ao cargo por meio de contato telefônico. Caso este não seja possível, será encaminhado ao candidato termo de convocação emitido com AR (Aviso de Recebimento). Se após 05 (cinco) dias do recebimento deste o candidato não se manifestou acerca do seu interesse pelo cargo, será considerado desclassificado.

A aprovação do candidato no Processo Seletivo Simplificado não gera ao Município a obrigatoriedade de sua contratação.

Os casos omissos serão resolvidos conjuntamente pelo Secretário da Administração e pela Secretária da Saúde do Município.

A vigência do presente Processo Seletivo Simplificado será até o dia 31 de dezembro de 2009 ou até que haja candidatos para serem convocados.

Videira – SC, 26 de janeiro de 2009.

SANDRO ANTONIO CAREGNATO
Secretário de Saúde e Ação Social

Edital Processo Seletivo Simplificado – FMS – Nº 008/2009

O Secretário Municipal de Saúde, do município de Videira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

Considerando a necessidade de se efetuar a contratação de pessoal, por tempo determinado com possibilidade de prorrogação, para o desenvolvimento de atividades inerentes ao Departamento da Saúde e Ação Social conforme justificativas da Secretaria Municipal da Saúde e Ação Social;

Considerando que a contratação de pessoal por tempo determinado, para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, está fundamentada no inciso IX do artigo 37 da Constituição Federal e também na Lei Municipal n.º 1.991/2008.

Torna público que estarão abertas, no período de 28 a 30 de janeiro de 2009, as inscrições ao Processo Seletivo Simplificado para admissão em caráter temporário – ACT – objetivando a realização de um cadastro de reserva para a contratação de pessoal para atuar no Departamento Municipal de Saúde e Ação Social do Município de Videira – SC, o qual se regerá pelas instruções contidas neste Edital.

O edital está disponível nos endereços eletrônicos: <http://www.videira.sc.gov.br/> - www.diariomunicipal.sc.gov.br, no quadro de

avisos do Pronto Atendimento Médico Ambulatorial - PAME 24 h e no quadro de avisos da Prefeitura Municipal de Videira.

DAS VAGAS, HABILITAÇÕES, CARGA HORÁRIA E REMUNERAÇÃO:

O candidato concorrerá às vagas oferecidas para os cargos constantes no seguinte quadro:

Cargos	Nº de Vagas	Carga Horária Semanal	Habilitação necessária para o cargo	Remuneração Inicial	Tipos de Provas
Operador de Máquinas e Equipamentos Pesados ¹	40 h	Ensino fundamental completo e CNH categoria D ou E	R\$ 1.028,23	Entrevista	C R ²
Agente Operacional Especializado - Motorista CR ²	40 h	Ensino fundamental completo e CNH categoria C	R\$ 742,41	Entrevista	

1 – Local de Atuação: Departamento de Saúde e Ação Social do Município de Videira.

2 - CR: Vagas destinadas ao Cadastro de Reserva.

DAS INSCRIÇÕES:

A inscrição do candidato dar-se-á mediante o preenchimento de formulário próprio, devendo ser anexado cópia do documento de identidade.

As inscrições serão realizadas das 8:00 h às 11:30 e das 13:30 h às 17:00 h, no período de 28 a 30 de janeiro de 2009, no Pronto Atendimento Médico Ambulatorial – PAME 24 h, sito a Rua Antonio Ferlin, nº 550, Bairro São Cristóvão na cidade de Videira – SC.

Às pessoas portadoras de necessidades especiais é assegurado o direito de inscrição neste Processo Seletivo, desde que suas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadoras.

Serão reservadas vagas aos candidatos com necessidades especiais, para o cargo cujas as atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que sejam portadores, na proporção de 5% (cinco por cento) das vagas previstas neste, conforme a Carta Magna, em seu artigo 37, inciso VIII e no art. 37, do Decreto Federal nº 3.298/99.

Nos termos da legislação federal, os portadores de necessidades especiais integrarão lista de chamada especial. Será chamado 01 (um) candidato classificado para as vagas reservadas as pessoas portadoras de necessidade especial a cada 10 (dez) candidatos chamados para classificação geral.

Serão consideradas deficiências somente aquelas conceituadas na medicina especializada, de acordo com os padrões mundialmente estabelecidos, e que se enquadrem nas categorias descritas no art. 4º do Decreto Federal nº 5.296/2004 e 3.298/1999 e na Lei Federal nº 7.853/1989.

No ato da inscrição, a pessoa portadora de necessidade especial deverá indicar, no espaço apropriado constante do Requerimento de Inscrição, sua deficiência e as condições especiais de que necessitar para realizar as provas, juntamente, deverá entregar pessoalmente, Laudo Médico com a descrição da deficiência e o respectivo enquadramento na CID (Classificação Internacional de Doenças).

Os candidatos portadores de necessidades especiais, aprovados (classificados) no presente processo seletivo, submeter-se-ão, quando convocadas, à avaliação da Junta Médica Oficial do Município, que terá a decisão terminativa sobre a qualificação do

candidato como portador de necessidade especial ou não e o grau de deficiência, capacitante ou não para o exercício do cargo.

O candidato portador de necessidade especial participará deste Processo Seletivo em igualdade de condições com os demais candidatos no que se refere à avaliação e aos critérios de aprovação, horário, data e local de aplicação e nota mínima exigida para todos os demais candidatos.

Na falta de candidatos classificados para as vagas de portadores de necessidades especiais, estas serão preenchidas pelos demais classificados com a estrita observância da ordem de classificação.

DAS ENTREVISTAS:

A avaliação será feita mediante entrevista.

A entrevista será realizada por profissionais da área de Administração e Recursos Humanos, juntamente com o Coordenador de Transportes da Secretaria Municipal da Saúde e Ação Social, sendo atribuída a nota de 0,0 (zero vírgula zero) a 5,0 (cinco vírgula zero).

Para a entrevista o candidato deverá estar no local com 15 (quinze) minutos de antecedência.

Para fins de classificação, a nota final será a soma da nota obtida na entrevista com a nota obtida na prova escrita.

Quadro de data, local e horário das avaliações para o cargo de Motorista:

Tipo de Prova	Data	Local	Horário	Divulgação	do Resultado
---------------	------	-------	---------	------------	--------------

Entrevista

05/02/2009

Posto de Assistência Médica – PAM (prédio do INSS), à Rua Coronel Alberto Schimidt, no Bairro Centro, na cidade de Videira – SC.

09:00 horas

Dia 13/02/2009 será divulgado o resultado final.

CONDIÇÕES PARA REALIZAÇÃO DAS PROVAS:

Ocorrendo o empate, terá preferência o candidato de maior idade e, ainda persistindo o empate, aquele que atuou no serviço público por maior período de tempo.

O prazo para interposição de recurso é de 02 (dois) dias úteis, a contar da publicação do resultado do Processo Seletivo Simplificado.

Não haverá segunda chamada para as provas seja qual for o motivo alegado pelo candidato para justificar sua ausência.

Em nenhuma hipótese haverá, na via administrativa, vista ou revisão de provas.

DAS ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS:

Cargos Atribuições

Operador de Máquinas e Equipamentos Pesados 1 . Operar máquinas de terraplanagem ou pavimentação tais como: motoniveladora, pá carregadora, retroescavadeira, tratores, rolo compacto, escavadeira hidráulica, entre outras, bem como operar máquina de usina asfáltica;

2. Executar serviços de corte, aterro, limpeza e nivelamento de terrenos e vias públicas;

3. Espalhar aterro, areia, pedra britada, cascalho asfáltico, executando a compactação através de máquina apropriada;

4. Abrir e limpar valas e canais para melhoria do sistema de drenagem, utilizando do equipamento apropriado;

5. Carregar caminhões e silos de usina asfáltica, utilizando máquina carregadeira;

6. Operar máquina perfuradora, acionando e controlando os dispositivos de comando, para executar serviços de Perfuração de rocha efetuando orifícios destinados a colocação de cargas explosivas;

7. Operar usina asfáltica, abastecendo-a, acionando-a e controlando seu funcionamento a fim de preparar pré-misturado a frio para a pavimentação de ruas e estradas;

8. Providenciar os materiais necessários, abrindo as comportas dos silos de agregados e de emulsão asfáltica ou água, controlando sua vazão através de calibragem dos silos e válvulas nas bombas, a fim de obter a quantidade requerida para a mistura;

9. Acionar o motor da máquina, manipulando os contatos da ignição e os controles do painel de força para fazer girar o misturador;

10. Controlar o andamento das operações, observando no contador o tempo de mistura e registrando o número de misturas efetuadas, para dar execução ao programa de produção;

11. Acionar as correias transportadoras para que os agregados cheguem ao misturador onde serão adicionados a emulsão ou água para obtenção do asfalto frio ou brita graduada;

12. Descarregar o asfalto frio ou brita graduada, abrindo a comporta do misturador para despejá-los no veículo de transporte;

13. Dirigir caminhões e utilitários, conduzindo-os em trajetos determinados de acordo com as regras de trânsito e instruções recebidas, para efetuar o transporte de cargas;

14. Conservar o veículo, lavando, fazendo limpeza, ajustes e pequenos reparos necessários;

15. Ajudar na carga e descarga, quando necessário;

16. Zelar pela guarda, conservação e limpeza dos materiais e equipamentos de trabalho;

17. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho;

1. Executar outras atividades correlatas.

Agente Operacional Especializado - Motorista 1 – Carteira Nacional de Habilitação categoria C;

2 – Conhecimento de viagens para grandes centros como Florianópolis, Curitiba, Passo Fundo, Joinville e outros;

3 – Dirigir Ambulâncias, Microônibus e veículos de pequeno porte, conduzindo-os em trajetos determinados de acordo com as regras de trânsito e instruções recebidas, para efetuar o transporte de pacientes e cargas da Secretaria, auxiliando no embarque e desembarque dos pacientes;

4 – Conservar o veículo fazendo limpeza, pequenos ajustes e ou reparos necessários;

5 – Atender as normas de trânsito, higiene e segurança do trabalho;

6 – Zelar pela guarda, conservação e limpeza dos materiais e equipamentos de trabalho;

7 – Comunicar ao responsável pelo setor, quando for identificado situações ou problemas no veículo, preencher planilha de controle de veículos e demais documentos necessários;

8 – Executar outras tarefas correlatas.

DAS CONTRATAÇÕES:

Os aprovados que vierem a ser contratados mediante o Processo Seletivo Simplificado objeto deste Edital, serão regidos pela Lei Municipal n.º 1.991/08 de 02 de abril de 2008.

As contratações serão feitas de acordo com a ordem de classificação crescente, conforme a necessidade verificada pelo Departamento Municipal de Saúde, por tempo determinado, pelo prazo máximo de até um ano, com possibilidade de prorrogação por igual prazo.

São requisitos a serem atendidos pelo candidato aprovado, por ocasião de sua contratação:

1. Ser brasileiro nato, naturalizado ou gozar das prerrogativas de legislação específica;
2. Ter a idade mínima de dezoito anos;
3. Provar estar quite com as obrigações eleitorais;
4. Provar estar quite com o serviço militar, quando for o caso;
5. Realizar exame médico admissional e nele ser considerado apto para o desempenho da função.
6. Ter disponibilidade de trabalho, preferencialmente, de 40 horas semanais em regime de escala.
7. Não ser servidor aposentado em decorrência do exercício de cargo público, em atendimento ao Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta n.º 215/05, letra "e", firmado junto ao Processo Investigatório n.º 110/99, que tramita na Procuradoria Regional do Trabalho – 12ª Região.
8. Apresentar os documentos pessoais e comprovantes de escolaridade que forem solicitados, sendo estes:
 - 8.1 Carteira de trabalho com n.º PIS/PASEP;
 - 8.2 Uma foto 3x4;
 - 8.3 Cópia de comprovante de residência e número de telefone;
 - 8.4 Cópias de: Carteira de Identidade frente e verso, CPF, Título de Eleitor; Certificado de Reservista para os candidatos do sexo masculino e tipo sanguíneo;
 - 8.5 Cópia da Certidão de nascimento ou casamento;
 - 8.6 Cópia da Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos;
 - 8.7 Declaração de dependentes para fins de imposto de renda, contendo nome e data de nascimento;
 - 8.8 Cópia do certificado de conclusão de escolaridade exigido para o cargo;
 - 8.9 Declaração firmando termo de responsabilidade de que ao tomar posse não está acumulando cargos de acordo com o Art. 37, item XVI, da Constituição Federal, e não ter sofrido no exercício de função pública as penalidades em Lei. (modelo fornecido pela Secretaria da Saúde);
 - 8.10 Declaração de Bens;
 - 8.11 Convocação para contratação de acordo com o processo seletivo para o cargo.

A relação dos candidatos aprovados será divulgada nos endereços eletrônicos: www.videira.sc.gov.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br no link da Secretaria Municipal da Saúde, no quadro de avisos do Pronto Atendimento Médico Ambulatorial - PAME 24 h e no quadro de avisos da Prefeitura Municipal de Videira a partir do dia 13 de fevereiro de 2009.

Os candidatos aprovados poderão ser chamados a qualquer momento a partir da divulgação do resultado final e durante o prazo de vigência deste Processo Seletivo Simplificado.

Os candidatos serão convocados ao cargo por meio de contato telefônico. Caso este não seja possível, será encaminhado ao candidato termo de convocação emitido com AR (Aviso de Recebimento). Se após 05 (cinco) dias do recebimento deste o candidato não se manifestou acerca do seu interesse pelo cargo, será considerado desclassificado.

A aprovação do candidato no Processo Seletivo Simplificado não

gera ao Município a obrigatoriedade de sua contratação.

Os casos omissos serão resolvidos conjuntamente pelo Secretário da Administração e pelo Secretário da Saúde do Município.

A vigência do presente Processo Seletivo Simplificado será até o dia 31 de dezembro de 2009 ou até que haja candidatos para serem convocados.

Videira – SC, 26 de janeiro de 2009.

SANDRO ANTONIO CAREGNATO
Secretário de Saúde e Ação Social

Associações de Municípios

FECAM

Chapa Única para Eleição da FECAM - 2009

CONSELHO EXECUTIVO

Cargo Nome Associação Partido

Presidente

Ronério Heiderscheidt Prefeito de PALHOÇA GRANFPOLIS PMDB

1º Vice-presidente

Saulo Sperotto Prefeito de CAÇADOR AMARP PSDB

2º Vice-presidente

Antônio Coelho Lopes Jr. Prefeito de CAPÃO ALTO AMURES DEM

3º Vice-presidente

Douglas Gleen Warmling Prefeito de SIDERÓPOLIS AMREC PP

1º Secretário

Pedro Celso Zuchi Prefeito de GASPAR AMMVI PT

2º Secretário

Albert Stadler Prefeito de PORTO BELO AMFRI PTB

CONSELHO FISCAL

Titulares

Avelino da Costa Prefeito de IRACEMINHA AMERIOS PMDB

João Romão Prefeito de GARUVA AMUNESC PP

Odilson Vicente de Lima Prefeito de CAMPO ERÊ AMNOROESTE PR

Flávio Bruno Boff Prefeito de FAXINAL DOS GUEDES AMAI PSDB

Odenir Felizari Prefeito de RIO DO OESTE AMAVI PT

João Rodrigues Prefeito de CHAPECÓ AMOSC DEM

Mário Fernando Reinke Prefeito de MASSARANDUBA AMVALI PSDB

Suplentes

Sérgio Luiz Schmitz Prefeito de ALTO BELA VISTA AMAUC PMDB

Altair Cardoso Rittes Prefeito de DIONISIO CERQUEIRA AMEOSC PT

Jonnei Zanette Prefeito de MELEIRO AMESC PP

João Alfredo Herbst Prefeito de MAFRA AMPLANORTE PMDB

Vilivaldo Erich Schmid Prefeito de CAMPOS NOVOS AMPLASC PMDB

José Roberto Martins Prefeito de IMBITUBA AMUREL PSDB

Norival Fiorin Prefeito de LUZERNA AMMOC PMDB